

Lula exalta qualidades de Francisco

400 mil foram dar

o último adeus ao

Papa dos humildes

Fábio Casseb



1º de Maio de luta é pela redução do juro, por salário suficiente e pela reindustrialização

O presidente Lula foi eleito para promover as mudanças necessárias por um projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, precisa da força dos trabalhadores. Começando por reduzir os juros, antes que a esperança se transforme em desilusão. No que depender do ministro Haddad e seu fiel escudeiro Galípolo, a derrama de recursos públicos para o rentismo vai aumentar, escreve, em artigo, Carlos Pereira. **Pág. 5**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Papa pediu "auxílio a um povo faminto", aflito com catástrofe em Gaza

A praça de São Pedro foi completamente tomada a partir das 8h30 (horário local) do dia 26 para acolher o simples ataúde de madeira com o corpo de Francisco, o argentino que durante 12 anos fez do papado um símbolo de dedicação e devoção aos mais humildes. Defendeu a dignidade e os direitos dos imigrantes com voz firme contra as injustiças e, destacadamente, contra o morticínio que atinge os palestinos. Estiveram presentes delegações de 180 países do mundo inteiro e a participação de mais de 400 mil pessoas. **Págs. 3 e 6**

Galípolo joga balde de água fria nos otimistas: 'juro alto continua'



Crianças palestinas tentam receber um pouco do que restou de comida após 7 semanas de bloqueio total

Cerco criminoso de Israel a Gaza é para matar palestinos de fome

Denúncia da África do Sul na Corte Internacional também recebeu apoio do Brasil

"O sistema de ajuda humanitária está enfrentando um colapso total. Este colapso é intencional", denunciou Zane Dangor, chefe do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do

Sul, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), a mais alta instância de justiça no mundo. A CIJ iniciou na terça-feira (29) seu segundo dia de audiências sobre as obrigações de Israel em Gaza, atendendo

resolução da Assembleia Geral da ONU de dezembro passado. A audiência ocorre em meio a 50 dias de bloqueio total do regime israelense à entrada de alimentos e ajuda humanitária em Gaza sob fome iminente,

depois do rompimento do cessar-fogo por Israel, proibição da atuação da Agência da ONU para a Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) e ataques a instalações e funcionários da ONU. **Pág. 7**

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, desautorizou qualquer avaliação que projete uma interrupção da alta dos juros por parte do Copom (Comitê de Política Monetária) num futuro próximo. Ao participar, na segunda-feira (28), de evento da J. Safra Asset, ele enfatizou que as principais mensagens contidas na decisão passada do BC "permanecem vigentes". Ou seja, os juros seguirão na lua. A fala de Galípolo foi um balde de água fria em quem esperava um alívio monetário. **Pág. 2**

Lula: Assange é um exemplo na defesa dos direitos humanos

Neste momento em que o mundo assiste, após a posse de Trump, a intensificação da censura e das perseguições políticas dentro dos EUA, o encontro do presidente Lula na sexta-feira (25) com o jornalista Julian Assange, em Roma, é carregado de simbolismo. O presidente disse que o encontro aconteceu na embaixada brasileira e que "Assange é um exemplo para todos que atuam em defesa dos direitos humanos". **Pág. 3**

Projeto de Pazuello quer esconder o genocídio de Israel contra palestinos

O deputado Pazuello (PL), aquele ministro de Bolsonaro que desmontou as atividades do Ministério da Saúde em plena pandemia de covid-19, apresentou um projeto de lei apoiando outro genocídio, o de Israel sobre a população palestina de Gaza. Ele quer proibir críticas ao assassinato de mais de 51 mil pessoas pelo ditador Benjamin Netanyahu. **Pág. 3**

"Soube da fraude, pedi o relatório e demiti o diretor", afirma Carlos Lupi

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou que pediu informações sobre o aumento de descontos sobre as aposentadorias assim que ouviu sobre o esquema e chegou a demitir o então diretor de Benefícios pela demora em agir. "Quem é omissor não demite ninguém", rebate ministro da Previdência. "Não me sinto em situação fragilizada nenhuma", disse o ministro Lupi ao jornal O Globo, afastando a possibilidade de deixar o cargo. **Pág. 3**

Israel vende pacote 'turístico' radical que treina matar palestinos

Fundada em 2007 pelo coronel da reserva Sharon Gat, das Forças de 'Defesa' de Israel (IDF), a Caliber 3 se orgulha de ter entre suas predileções a oferta de pacotes "turísticos radicais" para "matar terroristas" palestinos. Algo pioneiro e bastante instrutivo nestes tempos de Trump e Netanyahu, reforçando "experiências emocionantes que não poderão ter em lugar algum, exceto no campo de batalha". **Página 7**

"Sincericídios neoliberais", escreve Paulo Kliass

Sincericídios neoliberais

Tudo bem, mas não matem o doente. “O que pode ser considerado ainda mais trágico é que alguns deles [defensores de propostas neoliberais] pertençam a um governo que se propunha a promover mudanças estruturais em nosso País”

PAULO KLIASS*

Ao longo dos últimos dias, a sociedade brasileira tem sido brindada com algumas terríveis pérolas do mais escandaloso conteúdo conservador em termos de política econômica e de projeto nacional. É bem verdade que esse tipo de manifestação partindo da boca de representantes de nossa elite política não chega a ser uma novidade. O problema, ocorre, no entanto, quando os meios de comunicação e uma parcela das lideranças sociais começam a naturalizar esse tipo de comportamento.

Nosso País sempre encontrou dificuldades em superar os períodos mais difíceis de sua História. Uma das razões com certeza se relaciona à ausência de debates a respeito das sequelas provocadas por regimes perversos e injustos e suas transições políticas e institucionais, onde algumas das características do passado se mantiveram nos novos momentos. Assim foi com a questão colonial e escravista, bem como com a superação da ditadura militar que se implantou em 1964.

Ao não promover um processo político e social de crítica profunda de tais períodos, inclusive com inscrições na legislação e punição dos responsáveis, permite-se que fatos abomináveis ainda persistam nos dias de hoje, como os sucessivos escândalos de denúncias de existência de trabalho de escravo em pleno século XXI, quase 140 anos depois da Abolição da Escravidão. Ou então a absurda possibilidade de anistia a participantes de uma tentativa de golpe de Estado, que reivindicavam de forma aberta a volta de uma ditadura militar no País.

O fato concreto é que muitas vezes algumas pessoas com destaque na vida política nacional assumem verbalizar aquilo que as classes dominantes pensam e desejam, mas muitas vezes sentem vergonha de expressar de forma cristalina. Esse é o tal do sincericídio, pois o pensamento flui de forma natural e espontânea, muitas vezes expondo o agente político em toda a sua manifestação autêntica e de franqueza.

ARMÍNIO FRAGA, O NEOLIBERALISMO DO BANQUEIRO

Pois vamos apontar aqui algumas das manifestações mais recentes.

O banqueiro e ex Presidente do Banco Central Arminio Fraga participou de um evento chamado “Brazil Conference”, sediado em Harvard nos Estados Unidos. Ao longo do encontro, patrocinado por grandes empresas e empresas multinacionais, desfilaram diversas lideranças do mundo empresarial e do sistema financeiro. Os discursos, como era de se esperar, eram todos dirigidos a esse universo conservador e pretendiam consolidar uma abordagem de mesma natureza a respeito dos principais problemas do País.

Fraga foi chamado a falar dos aspectos da economia e focou na questão fiscal. Repetindo o mantra falacioso do catastrofismo das contas públicas, ele chamou a atenção para as dificuldades que considera urgentes no campo da previdência social. E aí não teve papas na língua para apresentar a sua solução:

(...) “Eu acho que precisa de uma reforma grande. Uma boa já seria, provavelmente a mais fácil, congelar o salário-mínimo em termos reais. Seis anos congelados já ajudaria” (...) [GN]

O absurdo da proposição não significa uma novidade vinda de sua boca. Em quase todas as oportunidades em que se manifesta, Arminio fala a respeito dos problemas do salário-mínimo para as contas públicas e para o chamado custo Brasil. Mas desta vez, ele parece ter se superado em seu sincericídio.

Continua: <https://horadopovo.com.br/sincericidios-neoliberais-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Galípolo joga balde de água fria nos otimistas: ‘juro alto continua’



“Começamos a assistir a desaceleração, até chegar em outros setores”, disse o chefe do BC, Gabriel Galípolo, defendendo o arrocho monetário



Indústria da construção é diretamente impactada pela alta da Selic, alerta CNI

“Efeito em cadeia: fica mais difícil o financiamento para a compra de imóvel, a demanda cai, e a indústria também sente os reflexos dos juros para financiar a compra de insumos”, ressalta a entidade da indústria

No primeiro trimestre de 2025, os juros elevados do Banco Central (BC) agravaram as condições financeiras da indústria da construção, aponta a pesquisa Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada na segunda-feira (28).

Nos três primeiros meses deste ano, os juros lideram o ranking de principais problemas do setor, sendo criticados por 35,3% dos empresários, 1,2 ponto percentual a mais que no trimestre anterior.

“A indústria da construção é diretamente impactada pela alta da Selic. Como fica mais difícil acessar financiamento para a compra de imóveis, a demanda diminui. Esse movimento chega até a produção, pois a indústria

também sente os reflexos dos juros para financiar a compra de insumos, então há um efeito em cadeia”, destacou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, ao divulgar a pesquisa.

Hoje a Selic (taxa básica de juros,) encontra-se em 14,25% ao ano, com o Brasil com uma das mais altas taxas de juro real do planeta (descontada a inflação). E de acordo com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, o arrocho monetário vai continuar freando a economia. “A política monetária está produzindo os efeitos desejados”, disse na segunda-feira (28).

No período houve o aumento no Índice de Insatisfação com a Situação Financeira, que recuou de 49 para 46,4 pontos, enquanto o Índice

de Confiança do Empresário da Construção caiu 2,4 pontos, de 49,6 pontos para 47,2 pontos. Ambos comparados com o último trimestre de 2024.

Também houve recuos nos índices de satisfação com o lucro operacional, de 44,8 para 42,8 pontos, e no índice de facilidade de acesso ao crédito que caiu para 37,4 pontos (recoiu de 0,3 ponto). Os custos de produção aceleraram, segundo o índice de evolução dos preços dos insumos subiu para 64,6 pontos.

Conforme a CNI, a pesquisa foi realizada entre 1º e 10 de abril, sendo consultadas 316 empresas de pequeno, médio e grande portes. A sondagem é feita em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Presidente do Banco Central “acalmou os mercados” garantindo que as metas de altas na taxa Selic “permanecem vigentes”

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, desautorizou qualquer avaliação que projete uma interrupção da alta dos juros por parte do Copom (Comitê de Política Monetária) num futuro próximo. Ao participar, nesta segunda-feira (28), de evento da J. Safra Asset, ele enfatizou que as principais mensagens contidas na decisão passada do BC “permanecem vigentes”. Ou seja, seguem os juros na lua.

A fala de Galípolo foi um balde de água fria em quem esperava um alívio monetário. Ele disse que “segue intacta a preocupação com a dinâmica da inflação, que permanece acima da meta e com expectativas desancoradas”.

O chefe do BC fez questão de enfatizar a manutenção do arrocho porque, na semana passada, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, deu a entender que os juros talvez não precisassem subir muito mais.

Diante da repercussão da avaliação do diretor do BC, ele disse que conversou com Guillen no sentido de reforçar que a política contracionista seguirá por mais tempo. “Há necessidade de ter flexibilidade e cautela diante de um aumento das incertezas globais”, afirmou, lembrando que as expectativas inflacionárias “ainda demandam vigilância pelo BC”. Segundo ele, a contestação de seu subordinado foi para “acalmar” o mercado.

Galípolo justificou que Diogo Guillen estava apenas apresentando um cenário para mostrar que, independente da taxa de juros neutra que possa se adotar, a Selic está em um patamar contracionista “com alguma segurança”. Ou seja, ele “acalmou os bancos”, descartando qualquer taxa de juros que não provoque contração na economia.

Para o presidente do BC, a continuidade do estrangulamento do país é um

instrumento para enfrentar uma suposta “desancoragem das expectativas”. “A gente espera justamente nessa ordem [demanda desacelerando, produção desacelerando e, em seguida, o mercado de trabalho]. E como os fios são cortados em um processo como esse. De onde começamos a assistir a desaceleração, até chegar em outros setores, até vermos um processo de convergência de inflação”, argumentou.

O que Galípolo quis dizer é que os objetivos da contração das atividades são vários. Não é só aumentar o desemprego. Tem que desaquecer a economia e esfriar o consumo, para, aí então, derrubar o mercado de trabalho. “Sempre existe o desejo de identificar qual é a variável, mas a gente quer reunir o maior número possível de variáveis para ter confiança de que o processo de aperto monetário está levando a inflação para onde a gente quer.”

Completamente insensível às consequências de sua política para a vida do povo brasileiro e para a avaliação do governo Lula, Galípolo sinaliza um longo tempo de aperto na economia.

“Precisamos ter a certeza de que a inflação está convergindo e a política monetária está tendo os efeitos desejados”, disse o presidente do BC, ao enfatizar que há necessidade de “dar o devido tempo” para os efeitos da política monetária.

O burocrata afastou também o que ele chama de “desinflação imaculada” – que seria uma redução nos preços que não provocasse uma desaceleração na atividade econômica. Segundo ele, essa desinflação “ficou para trás”. Aqui fica claro que a meta é mesmo a recessão. E uma cofissão que o objetivo da atual gestão do BC, assim como a da anterior, é afundar o país. E ele admite que “a política monetária está produzindo os efeitos desejados”.

SÉRGIO CRUZ

Aneel volta a castigar consumidor e adota badeira amarela em maio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou nesta sexta-feira (25) que a bandeira tarifária para maio de 2025 será amarela, impondo aos brasileiros um custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A medida entrará em vigor a partir de 1º de maio.

O acionamento da bandeira amarela ocorre após quatro meses de bandeira verde, vigente desde dezembro de 2024. A bandeira verde indica condições favoráveis, sem custo extra, enquanto a amarela e a vermelha (nos patamares 1 e 2) acionam taxas adicionais conforme a severidade do cenário.

Aneel justifica que as condições de geração de energia não estão mais favoráveis. “Em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano. As previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios para os próximos meses ficaram abaixo da média”, diz trecho da nota. Ou seja, a agência faz apenas uma projeção com base em “previsões”, não com base no que acontece realmente. No momento, chove em quase todo o país.

Implementadas em 2015, as bandeiras tarifárias foram criadas, na prática, para repassar aos consumidores de energia o oneroso uso das termelétricas, que antes era de responsabilidade do governo federal.

Esse sistema não alivia, em momento algum, o valor da conta de energia dos brasileiros (com reajustes majoritariamente crescentes nas últimas décadas). No máximo, quando a bandeira está na cor verde, não há aumento. Qualquer tipo de redução não existe aos consumidores que atuam contra o desperdício de energia.

A taxa extra na conta de luz irá refletir diretamente nos indicadores de inflação, que apesar da desaceleração nos últimos dois meses, segue pressionada pelos preços de alguns alimentos (devido a problemas de clima e da especulação de seus preços em bolsas estrangeiras, como, café e ovo, por exemplo), além da alta de preços administrados (energia, água, esgoto, educação, remédios, combustíveis etc.).

Mesmo que esses fenômenos de inflação não sejam atingidos pelo aumento dos juros, o mercado financeiro segue com suas pressões para que o Banco Central, siga com a política monetária no campo contracionista, com o fim de derrubar – via restrição de investimentos públicos e privados – a demanda de bens e consumo no país, além da geração de emprego.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo - SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Gramma Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Embraer encerra trimestre com recorde na carteira de pedidos

A Embraer encerrou o primeiro trimestre de 2025 com uma carteira de pedidos de US\$ 26,4 bilhões, superando o recorde obtido no mesmo período do ano passado (US\$ 21,1 bilhões), informou na terça-feira (22) a companhia brasileira, líder global na indústria aeroespacial.

Foram entregues 30 aeronaves no período, um aumento de 20% em relação ao primeiro trimestre de 2024, quando foram registradas 25 entregas. O volume representa 13% da projeção anual (ponto médio de 231 aeronaves), o que é acima da média histórica de 11% para o período.

A companhia atingiu um novo recorde em pedidos e crescimento nas entregas na aviação executiva. Na carteira de pedidos, o resultado alcançado foi de US\$ 7,6 bilhões, 3% acima do trimestre anterior.

Ao todo, foram entregues 23 jatos executivos no trimes-



Foram entregues 30 aeronaves, resultado 20% acima do registrado no 1º trimestre de 2024

tre (14 leves e 9 médios), um aumento de 28% frente ao ano passado. O volume corresponde a 15% da projeção anual (ponto médio de 150 aeronaves), superando a média dos últimos 5 anos, de 11% para o primeiro trimestre.

A empresa destaca em nota que “em fevereiro, as aeronaves da série Phenom 300 foram novamente reconhecidas como os jatos leves

mais vendidos e entregues do mundo pelo 13º ano consecutivo, de acordo com a General Aviation Manufacturers Association (GAMA). Os dados da instituição também confirmaram o modelo como o bimotor a jato mais entregue pelo 5º ano seguido”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/embraer-encerra-1o-trimestre-com-recorde-na-carteira-de-pedidos/>



Ministro da Previdência Social “Soube da fraude, eu pedi o relatório e demiti o diretor”, disse o ministro Carlos Lupi

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou que pediu informações sobre o aumento de descontos sobre as aposentadorias assim que ouviu sobre o esquema e chegou a demitir o então diretor de Benefícios pela demora em agir. Lupi disse ao jornal O Globo que “não me sinto em situação fragilizada nenhuma”, afastando a possibilidade de deixar o cargo.

“Se sou omissivo, por que pedi o relatório e demiti o diretor? Quem é omissivo não demite ninguém”, continuou.

O ministro contou que “sabia o que estava acontecendo, das denúncias. Eu sabia que estava havendo um aumento muito grande, que precisava fazer uma Instrução Normativa para acabar com isso e comecei a me irritar pela demora”.

“Foi passando o tempo e o diretor de Benefícios [André Paulo Félix Fidéris] não apresentava nada”, disse Lupi, citando a “incompetência” do então diretor que foi demitido em julho de 2024. “Eu cobrava essa agilidade na Instrução Normativa e ele não concluiu nem o relatório”, completou.

Ao Estadão, Lupi relatou que o então diretor “demorava a responder. Tive que demiti-lo, à época, para avançar no relatório e, pela primeira vez, nosso governo tomar a iniciativa de construir novas regras para coibir possíveis fraudes”.

O Ministério da Previdência Social produziu uma Instrução Normativa “tentamos coibir” o roubo do dinheiro de aposentados e pensionistas. “Mais de 2,4 milhões autorizações [de cobrança de mensalidades] foram canceladas por estarem em desacordo com a IN”.

A apuração interna identificou a “inclusão de descontos sem a aprovação de autorização do segurado”, que é a base do esquema criminoso desbaratado pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da República (PGR) na Operação Sem Desconto. Entre 2019 e 2024, houve o desvio de até R\$ 6,3 bilhões.

Para Lupi, o problema foi não ter conseguido “fazer a massificação da biometria. Temos muita dependência da Dataprev, que faz todo nosso sistema. E a Dataprev está sobrecarregada de serviço. Não conseguimos fazer a biometria como deveríamos ter feito. Foi uma biometria frágil, baseada nos dados do TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. A gente queria ter feito a nossa, fotografar, botar a cara para identificar. Por isso, tem muita burla”.

Em Roma, Lula elogia e exalta as qualidades do papa Francisco



Presidente concede entrevista no aeroporto de Roma antes de voltar para o Brasil

Lula e Assange denunciam obscurantismo nazifascista e fortalecem a democracia

Neste momento em que o mundo assiste, após a posse de Donald Trump, a intensificação da censura e das perseguições políticas dentro dos Estados Unidos, o encontro do presidente Lula na sexta-feira (25) com o jornalista Julian Assange, em Roma, é carregado de simbolismo. O presidente disse que encontro aconteceu na embaixada brasileira em Roma e que “Assange é um exemplo para todos que atuam em defesa dos direitos humanos”.

“Recebi na última sexta-feira (25), em Roma, o jornalista e programador Julian Assange. Comentamos sobre o engajamento do Papa Francisco em favor da causa da liberdade de expressão e de

defesa da democracia”, afirmou Lula, em suas redes sociais.

“Assange é um exemplo para todos que atuam em defesa da liberdade de imprensa e dos direitos humanos”, escreveu o mandatário. O presidente já havia manifestado seu apreço pelo jornalista anteriormente e na ocasião de sua soltura da prisão, em 2024, acusado de espionagem contra os Estados Unidos.

Assange denunciou crimes de guerra cometidos pelo governo dos EUA e enfrentou uma perseguição implacável do regime da Casa Branca. Ele passou sete anos asilado na Embaixada do Equador em Londres antes de ser preso em 2019. Recentemente, diante da campanha

mundial por sua liberdade, a Justiça dos EUA foi obrigada a aceitar um acordo e o libertou da prisão no Reino Unido em junho de 2024.

O jornalista australiano fez uma reportagem para WikiLeaks mostrando a ação criminosa de militares americanos no Iraque. O vídeo mostrava um ataque de helicóptero dos EUA a civis. O ataque aconteceu em 2007 e indignou o mundo. Foram feitos disparos aleatórios que deixaram 12 mortos. Entre os vazamentos estavam também vídeos que exibiam assassinatos de jornalistas, além de abusos cometidos por autoridades dos EUA em outros países. A Casa Branca não perdeu o jornalista.

Projeto de bolsonarista quer esconder o genocídio de Israel contra palestinos

O deputado Pazuello (PL), aquele que, no governo Bolsonaro, foi indicado ministro e desmontou as atividades do Ministério da Saúde em plena pandemia de covid-19, apresentou um projeto de lei apoiando outro genocídio, o de Israel sobre a população palestina de Gaza. Ele quer proibir críticas ao assassinato de mais de 51 mil pessoas pelo ditador Benjamin Netanyahu. Deve ser porque sua gestão causou a morte evitável de mais de 700 mil pessoas.

Seu projeto (PL 472/2025) criminaliza quem comparar o morticínio israelense ao nazismo ou acusar o Estado de Israel de racista. Realmente, há algumas diferenças entre Hitler e Netanyahu. Os crimes mais hedion-

dos do nazista, como os campos de extermínio e os crematórios, só foram descobertos no final da guerra. Já os assassinatos em massa de idosos, mulheres e crianças, ordenados por ditador atual de Israel, estão sendo transmitidos diariamente e ao vivo. Ele faz questão de divulgá-los.

Além de ser uma atitude asquerosa e absurda o bolsonarista Pazuello quer acobertar os crimes hediondos de Netanyahu contra os palestinos, esse projeto é ainda mais vergonhoso, por ser também bajulativo aos EUA.

Ele representa uma bajulação total do “general-covid” ao governo Donald Trump, que está perseguindo, prendendo e exilando – mesmo sem lei – estudantes, jorna-

listas, personalidades ou qualquer americano, ou estrangeiros que estejam nos EUA, que protestem contra os assassinatos em massa promovidos pelo regime racista e criminoso de Israel.

Portanto, não é só uma atitude racista e autoritária de Pazuello contra o Brasil e o povo palestino quer acobertar os criminosos do governo Netanyahu. Caracterizar os protestos contra esses crimes como anti semitismo é mais uma atitude servil, típica do bolsonarismo, ao bufão da Casa Branca. O “chefe” está perseguindo nos EUA quem protesta contra esses crimes de Israel, então nós aqui temos que fazer o mesmo, pensa – ou será que consegue fazer isso? – o general de pijama.

“BRICS está numa posição única para promover desenvolvimento e cooperação”, diz chanceler

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, declarou na abertura da reunião de chanceleres do BRICS que o grupo é fundamental “para promover a paz e a estabilidade baseadas no diálogo, no desenvolvimento e na cooperação multilateral”.

A reunião de chanceleres está ocorrendo no Palácio do Itamaraty, escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro.

Na avaliação de Mauro Vieira, o papel dos BRICS diante do crescimento de guerras, de deslocamentos forçados e da crise climática, se torna mais

evidente porque “os mecanismos internacionais permanecem lentos, politizados e, às vezes, paralisados diante de necessidades urgentes”.

“A expansão do BRICS fortaleceu nossa plataforma para responder a esses desafios. Com onze estados-membros representando quase metade da humanidade e uma ampla diversidade geográfica e cultural, o BRICS está em uma posição única para promover a paz e a estabilidade baseadas no diálogo, no desenvolvimento e na cooperação multilateral”, continuou o ministro.

Para ele, a paz “deve se basear na inclusão,

Presidente espera que o sucessor tenha “o mesmo coração” e os mesmos “compromissos” do papa Francisco. Ele ainda cobrou o “fim da violência de Israel” contra os palestinos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, no fim das cerimônias do funeral do papa Francisco, que torce para que o seu sucessor tenha “o mesmo coração” e os “mesmos compromissos”, especialmente no combate à desigualdade.

A afirmação ocorreu no Aeroporto de Roma, pouco antes de embarcar de volta para o Brasil, após participar do funeral do papa Francisco ao lado de inúmeras outras autoridades brasileiras e chefes de Estado de mais de 50 países presentes.

O presidente também defendeu que os líderes mundiais consigam avançar nas negociações para o encerramento do conflito na Ucrânia e para o fim da “violência de Israel contra a Faixa de Gaza”, onde a ditadura nazifascista encabeçada por Benjamin Netanyahu, mesmo isolado em todo mundo, promove um verdadeiro genocídio do povo palestino.

Na capital italiana, onde centenas de milhares de pessoas foram render suas homenagens ao Papa Francisco, encontraram-se na Basílica de São Pedro o presidente dos EUA, Donald Trump, e da Ucrânia, Volodymyr Zelensky.

Instado sobre esse fato, Lula disse esperar que as negociações para a paz avancem.

“Eu não sei o que eles conversaram, eu não posso intuir a conversa. Eu acho que o que é importante é que se converse para encontrar uma saída para essa guerra, porque essa guerra está ficando sem explicação. Ou seja, ninguém consegue explicar, e ninguém quer falar em paz”, disse Lula.

“O Brasil continua teimando que a solução é a gente fazer com que os dois sentem na

Por 6 a 4, STF confirma prisão de Collor de Mello por corrupção

Os ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram, na segunda-feira (28), contra a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que decretou a prisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Ambos se juntaram a André Mendonça e Nunes Marques que, mais cedo, também haviam discordado de Moraes.

Desse modo, o placar final ficou 6 a 4 para manter a prisão do ex-presidente. O ministro Cristiano Zanin se declarou impedido e não votou. Zanin tem tomado esta decisão nas votações de ações que dizem respeito a Lava Jato.

Os votos favoráveis foram do relator, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Luís Roberto Barroso, Carmen Lúcia, Edson Fachin e Dias Toffoli.

PRISÃO DE COLLOR
Collor foi preso na madrugada do dia 18, em Maceió (AL). Ele foi detido por policiais federais quando tentava embarcar para Brasília. Segundo a defesa, viajaria para se entregar às autoridades.

O ex-presidente foi condenado pelo STF em maio de 2023 a pena de 8 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ele foi acusado de receber propina de esquema de corrupção na BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, em ação penal derivada da Operação Lava Jato. Comprovantes encontrados no escritório do doleiro Alberto Youssef, além de depoimentos de colaboradores da operação, foram apresentados como elementos de prova na ação.

A denúncia foi apresentada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) em agosto de 2015. Segundo a condenação, para garantir a assinatura de contratos da estatal com a construtora UTC, o ex-presidente influenciou o comando e as diretorias da empresa BR Distribuidora de 2010 a 2014, período que abarca as gestões de Lula e Dilma

mesa de negociações e encontrem uma solução, não só para Ucrânia e para a Rússia, mas também para a violência que Israel comete contra a Faixa de Gaza”, prosseguiu Lula.

Perguntado por jornalistas sobre um possível encontro com Trump, Lula afirmou que não chegou a vê-lo. “Não, não cumprimentei [o Trump] porque eu estava conversando com o meu pessoal sobre a segurança na pápa, porque estava uma confusão muito grande. Eu não cumprimentei, não vi, não olhei nem para o lado. Não vi o Trump, na verdade”, afirmou.

Além de Lula e sua esposa, Janja, participaram das celebrações do pontífice Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados; Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal; e Luis Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Eles integraram a comitiva brasileira oficial que foi ao Vaticano e correspondem às autoridades máximas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na homenagem a Francisco.

“Em meio à imensidão da Praça de São Pedro, sinto a força de um líder que ultrapassou fronteiras religiosas e uniu povos e nações pelo caminho da paz, da solidariedade e da esperança”, afirmou Davi Alcolumbre, presidente do Congresso Nacional.

Autoridades do Vaticano afirmaram que aproximadamente 250 mil pessoas se reuniram para o funeral do papa Francisco, só na Praça São Pedro. Ao todo, 400 mil pessoas (250 mil na Basílica de São Pedro e proximidades, e 150 mil no caminho à pousada final) acompanharam o funeral.

Ditadura de Israel assassina e não entrega corpo de brasileiro à família após um mês do ato

O corpo do brasileiro Walid Khalid, assassinado aos 17 anos em uma prisão da ditadura israelense, ainda não foi entregue à sua família passado mais de um mês desde o crime.

O governo de Israel, em seu tradicional desrespeito, não responde às demandas do governo brasileiro. De acordo com a Federação Árabe-Palestina do Brasil, a prisão em Megido, onde Walid estava preso, é conhecida pelo uso de tortura com choques elétricos, espancamentos e privação de comida.

Nenhuma justificativa do regime de Netanyahu foi dada para a manutenção do corpo de Walid sob a custódia do Estado israelense, bem como qualquer outra resposta sobre o caso.

O brasileiro foi assassinado em 22 de março deste ano, na prisão de Megido. A causa da morte foi fome, desidratação e complicações infecciosas. Segundo uma autópsia entregue à família, o quadro foi agravado por “desnutrição prolongada e privação de intervenção médica”.

dos que atuam no caso conseguiram obter o documento junto a médicos do presidio. Diplomatas brasileiros afirmam que os torturadores do regime de Netanyahu mantêm os corpos retidos como “moeda de troca” com os palestinos.

O pai do jovem de 17 anos, o também brasileiro-palestino Khaled Ahmad, afirmou que ele e toda a sua família sentem “uma tristeza profunda” pela perda do jovem e “uma dor enorme” por não poderem se despedir. “Até agora, Israel não nos forneceu nenhuma justificativa para não liberar. E também não respondeu ao nosso pedido de restituição do corpo”, afirma Khaled, que pede que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atue no caso de forma ativa.

“Gostaria de fazer um apelo ao presidente do Brasil para que nos ajude a conseguir a liberação do corpo do nosso filho, para que possamos sepultá-lo de acordo com os ritos islâmicos. Acredito que ele possa nos ajudar, pois é um grande presidente de um grande país”, diz.

Walid foi preso em 30 de setembro de 2024 na cidade de Silwad, na Cisjordânia, região ocupada por Israel. Acusado de agredir militares israelenses com pedras, ele não chegou a ser julgado antes de morrer.

Governo resgata decreto para privatizar a Transposição do Rio São Francisco

Caso a privatização da transposição se concretize, a empresa tomará conta de 609 quilômetros de canais em um contrato de 2026 até 2042

O governo federal está propondo entregar ao setor privado a operação, manutenção e ampliação da oferta de água da transposição do Rio São Francisco, responsável por levar água ao semiárido nordestino. A proposta é privatizar através de uma "Parceria Público-Privada" (PPP), com edital a ser lançado em agosto e leilão já para novembro deste ano.

A inclusão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) no Programa de Parcerias de Investimentos PPI foi feita por decreto ainda na gestão Bolsonaro, em agosto de 2019, porém, sem qualquer estudo do modelo. A proposta só começou a sair do papel em 2023, primeiro ano de governo Lula, pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Se levado a cabo, a empresa vencedora será responsável por operar os eixos leste e norte, além dos canais com extensões da transposição do Apodi e do Piancó, que cruzam áreas de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A parceria prevê um investimento de US\$ 2,76 bilhões (ou cerca de R\$ 16 bilhões, mais que os R\$ 14 bilhões investidos pelo governo federal na obra que demorou 14 anos).

O secretário de Fundos e Instrumentos Financeiros do MIDR, Eduardo Tavares, diz que o projeto é "inovador" e vai ser a primeira PPP administrativa do governo federal, tendo a União como poder concedente.

A União vai continuar garantindo aportes no projeto e o governo federal já fez um pacto com os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará que vão pagar, pela água bruta do São Francisco.

Eixos Norte e Leste da Transposição serão alvos de leilão - Imagem: CBHSF

"E a União que vai licitar e contratar esse concessionário. É ela que vai fazer os repasses, os aportes para o concessionário", explica Eduardo, acrescentando que não vai haver relação entre os Estados e a empresa compradora.

A Transposição do São Francisco é considerada uma das maiores obras de irrigação e integração já realizada no país e atende hoje a um público estimado de 12 milhões de pessoas, em 390 municípios do Nordeste. Caso a privatização se concretize, a empresa vencedora tomará conta de 609 quilômetros de canais. O edital prevê que a Parceria Público-Privada (PPP) dure de 2026 a 2042.

O que chama a atenção é a proposta de entregar ao setor privado a administração da água do Velho Chico numa região marcada pela seca recorrente, dando continuidade a um processo iniciado pelo governo Bolsonaro.

O estranhamento se dá, pois, em São Paulo - e não só - o Partido dos Trabalhadores e legendas da base aliada denunciaram a privatização da Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp), apontando a tendência de reestatização do saneamento no mundo, devido ao aumento das tarifas, visando o lucro dos entes privados, e a queda de qualidade do serviço prestado devido a falta de investimento em estrutura, também visando o lucro.

Assim como nas privatizações da Sabesp ou da Cedae (no Rio de Janeiro), o discurso é o de que se garantirá "um conjunto grande de indicadores de desempenho e de qualidade", o que nos casos mencionados resultou apenas em letras mortas no contrato.

Uma das diferenças é o compartilhamento de riscos em que, supostamente, o ente privado também arcará com custos em caso de imprevistos. "Isso acaba mitigando impactos ao setor público, que hoje absorve 100% desses custos", explica.

"Nós estamos propondo a substituição dos atuais contratos por um contrato de longo prazo, com um conjunto grande de obrigações e com uma remuneração proporcional aos seus resultados. É uma forma de garantir que o serviço seja adequadamente executado, com mecanismos para evitar

qualquer falha ou atraso nas reações necessárias de operação, manutenção, além da transparência contratual exigida", argumenta Ian Ramalho Guerriero, do BNDES.

O projeto prevê que a concessionária precisará fazer, entre outras coisas, investir na ampliação da capacidade das estações de bombeamento, com investimento previsto de R\$ 1,6 bilhão. Com isso, os eixos terão a capacidade operacional dobrada.

SANEAMENTO PRIVATIZADO CUSTA CARO AO PAÍS

A crescente onda de privatização do saneamento nos estados e municípios brasileiros alerta que entregar a distribuição da água do Rio São Francisco para a iniciativa privada não é um bom negócio, principalmente para a população. No Rio de Janeiro e São Paulo, onde o serviço foi entregue aos privatistas recentemente, o que se viu foi uma piora abrupta do serviço oferecido e, ao mesmo tempo, aumentos excessivos nas contas da população.

Contando com o apoio do então governo Bolsonaro, a Companhia de Águas e Esgotos do Estado (Cedae) foi privatizada em 2021, permanecendo pública apenas o serviço de produção de água. A estatal fluminense foi fatiada em quatro blocos compostos e sua operação dividida em 35 municípios do Rio de Janeiro.

No mais recente reajuste das tarifas, o fornecimento de água no Rio passou a ter acréscimo de 9,83% na concessionária Águas do Rio I; 12,77% na Águas do Rio IV; 11,49% pela Iguá e de 14,28% na Rio +. O reajuste chegou a ser alvo de questionamento na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Rio de Janeiro (Ageresa) pelo deputado estadual Jari Oliveira (PSB).

"Água, aqui no Rio, virou artigo de luxo. As tarifas de água das concessionárias dos serviços concedidos da Cedae estão numa crescente sem igual. A população vem sofrendo muito com a falta d'água constantes e duradouras. Fizemos semana passada uma reunião com a Agência Reguladora do Estado sobre este assunto e vamos, ainda este mês, promover uma audiência pública na Alerj, na tentativa de frear estes reajustes", critica o deputado Jari Oliveira, presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da Assembleia Legislativa do estado (Alerj).

Em São Paulo, com uma privatização muito mais recente, em 2024, a situação não é muito melhor. O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro e ainda aliado de Bolsonaro, entregou o controle da Sabesp, maior companhia de saneamento da América Latina, para a Equatorial Energia.

A empresa, que não possui qualquer experiência em saneamento, é considerada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a pior distribuidora de energia do país.

O MP-SP instaurou um Inquérito Civil para apurar a contaminação da água nos reservatórios Billings e Guarapiranga, em São Paulo. Os reservatórios abastecem mais de cinco milhões de pessoas na Grande São Paulo e moradores reclamam do mau cheiro, similar ao de enxofre, e relatam que a água sai amarelada, esverdeada ou marrom. Ao mesmo tempo, população paulistana reclama de aumento nas tarifas, com contas com aumento de chegando a 400%.

O caso foi levado ao MP pela deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) e pela vereadora Renata Falzoni (PSB). Ainda que sua base aliada e mesmo o próprio PT esteja se colocando contra a privatização da água, fica o questionamento de por que o governo federal segue o projeto bolsonarista de privatizar a água no semiárido nordestino, região historicamente marcada pela escassez deste que é um bem essencial à vida.

RODRIGO LUCAS



Projeto é uma das maiores obras de irrigação e integração já realizada no país

Tarcísio gasta R\$ 33,6 milhões em coletes à prova de balas reprovados em teste para policiais de SP

O governo do estado de São Paulo anunciou a aquisição de um lote de 17 mil coletes à prova de balas, totalizando um investimento de R\$ 33 milhões. A compra foi realizada pelo Centro de Material Bélico (CMB) da Polícia Militar, e a distribuição dos equipamentos teve início na semana passada. Contudo, a qualidade dos coletes foi questionada após um teste balístico resultar na perfuração de uma das amostras, o que contrariava as especificações do edital.

A empresa francesa Protecop, vencedora da licitação, tem como principal cliente o governo paulista. Sua representação no Brasil é feita por Victor Hugo Acuña Muñoz, chileno residente no país. Em resposta aos questionamentos sobre a falha no teste, Acuña afirmou que os coletes atendem rigorosamente aos padrões internacionais e nacionais de segurança. Ele explicou que a substituição da amostra ocorreu por se tratar de um teste destrutivo — procedimento padrão nesse tipo de avaliação.

A Protecop ficou em segundo lugar na disputa pelo preço. A empresa que apresentou a proposta mais barata, Coplatex, foi eliminada durante o teste de flexibilidade e não teve direito a um novo teste antes da fase balística. Já a terceira colocada, Inbra, solicitou ser declarada vencedora após a reprovção das concorrentes, mas o pedido foi negado.

Nos testes balísticos



Governo adquiriu modelo que falhou em teste

realizados sob condições controladas, diferentes amostras dos coletes foram submetidas a disparos. Uma das unidades fornecidas pela Protecop foi perfurada por completo, resultando em sua reprovação conforme as regras do edital, que previam a eliminação em caso de transpassamento. Em 21 de novembro, o pregoeiro oficializou a reprovação da amostra da Protecop. No entanto, em reunião realizada em 28 de novembro com os concorrentes, discutiu-se a possibilidade de retestes para as empresas reprovadas.

Após questionamentos sobre as condições do novo teste, os responsáveis pela licitação esclareceram que apenas as amostras já testadas seriam reavaliadas, sem a inclusão de novas unidades. Apesar disso, a Protecop solicitou e obteve permissão para apresentar uma amostra diferente, alegando que a anterior havia sido destruída no teste. A decisão foi contestada por três concorrentes, mas seus recursos foram negados.

Em nota, a Protecop destacou que os coletes adquiridos trazem melhorias em conforto e ergonomia e atendem às normas do Exército Brasileiro e a padrões internacionais. O representante da empresa afirmou:

"Nossa experiência no setor é amplamente reconhecida, e cada colete está preparado para os riscos enfrentados pelos policiais. Os equipamentos possuem certificação pela Norma NIJ 0101.06 (National Institute of Justice, EUA) e pela Norma Técnica NT 03/2021 da Secretaria Nacional de Segurança Pública, atestando sua qualidade e segurança. A proteção dos usuários é nossa prioridade máxima."

A Polícia Militar de São Paulo reforçou que o processo seguiu integralmente a Lei de Licitações (nº 14.133/2021) e que todos os certames são submetidos aos órgãos de controle, como a Procuradoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado.



Bolsonaro arranca máscara de criança em meio à pandemia

Unifesp cria acervo que reúne provas de condutas criminosas e negacionistas na gestão da pandemia

Pesquisadores do projeto descreveram a política do governo Bolsonaro como um "Necrossistema da pandemia"

O Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em parceria com a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico), construiu um acervo com 150 registros do que seriam evidências de condutas criminosas e negacionistas na gestão da pandemia de covid-19 pode ser usado para embasar ações judiciais de familiares de vítimas da Covid-19 em busca de reparação.

O Acervo da Pandemia é uma plataforma digital que contém documentos, vídeos, áudios e reportagens sobre a gestão da pandemia de Covid-19 no Brasil com o objetivo de preservar a memória coletiva e permitir uma análise crítica do período, que durou 17 meses no país e vitimou cerca de 712 mil pessoas.

De acordo com a presidente da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico), Rosângela Oliveira Silva, o acervo contém um arcabouço de fatos que demonstram a responsabilidade do Estado Brasileiro no período da pandemia. Além dos 150 registros que compõem a coleção, outros 100 deles encontram-se em fase de análise.

"Além de colaborar com a responsabilização de agentes públicos que negligenciaram a gestão da crise, o acervo pode embasar a construção de políticas públicas de assistência, saúde e previdência, a partir das evidências registradas", disse Rosângela à Agência Brasil.

Os pesquisadores do projeto descreveram a política estabelecida pelo governo, que comandava o Estado Brasileiro no período, de Necrossistema da pandemia "formado por um conjunto de instituições e agentes que atuam de forma articulada para controlar a vida e a morte da população, estabelecendo e ampliando seu poder sobre corpos, comunidades e a sociedade", diz página do Acervo.

"Estudos mostram que havia um sistema coordenado e articulado, que atuou para desinformar, manipular e expor desnecessariamente as pessoas ao vírus e ao risco de morte, durante a pandemia de covid-19 no Brasil, buscando aproveitar a grave crise para impor narrativas e condutas negacionistas", dizem os pesquisadores.

Necrossistema, partindo do prefixo necro tem origem no grego nekros e significa morte, faz um diálogo com o conceito de necropolítica, proposto pelo historiador camaronês Achille Mbembe, trazendo a público um conjunto de registros contendo discursos e condutas negacionistas, disseminados no período de 2020 a 2022, contrários à ciência e à defesa da vida, além de irregularidades, fraudes e desvios de recursos.

Os pesquisadores apontam que "os discursos e as condutas anticiência do governo de Jair Bolsonaro e de sua rede de apoiadores contribuíram para a ocorrência de diversos crimes, inclusive contra a humanidade".

"O Acervo da Pandemia não é apenas um repositório de documentos. Ele é um testemunho do que ocorreu no Brasil durante um dos períodos mais críticos da nossa história. Seu propósito é servir como fonte para pesquisadores, jornalistas, formuladores de políticas públicas e para qualquer cidadão que queira entender os erros e acertos na gestão da pandemia", afirma Soraya Smaili, coordenadora do SoU Ciência, professora titular da Escola Paulista de Medicina e ex-reitora da Unifesp, à Agência Brasil.

"Do ponto de vista da pandemia e da reparação, eu creio que permitir essa memória e permitir esse dado histórico faz com que o acervo colabore com as pessoas, inclusive com as autoridades. Se quiserem recorrer ao Acervo, encontrarão ali material fidedigno para poder fazer qualquer trabalho, inclusive na área de política pública", completou a presidente da Avico.

Pejotização tem “consequências nefastas” para arrecadação da Previdência, alerta governo

Uma petição encaminhada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), ao Supremo Tribunal Federal (STF), aponta para os riscos da “pejotização” para a caixa do governo, em especial no que diz respeito ao aspecto fiscal e previdenciário.

De acordo com informações da Agência Brasil, em documento encaminhado ao ministro do STF, Alexandre de Moraes, o governo pede para ser incluído na discussão sobre o assunto e aponta as graves consequências da pejotização tanto para a Previdência como para os riscos de fraudes trabalhistas.

Na semana passada, o ministro Gilmar Mendes suspendeu todos os processos que tratam da “pejotização” do trabalho, prática de empresas que contratam trabalhadores como pessoa jurídica para evitar obrigações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“O acolhimento de efeitos demasiadamente abrangentes à liberdade de contratação, afastando as ressalvas que o STF, até o momento, impunha sobre o tema, resultaria em consequências manifestamente anti-isonômicas sob o aspecto fiscal e tributário, especificamente naqueles casos que envolvam a chamada pejotização ou a intermediação de sociedades cooperativas”, diz a petição, assinada pelo procurador federal Carlos de Araújo Moreira.

“Tal artifício aniquilaria o dever que vincula profissionais liberais qualificados ao pagamento de imposto de renda – a tributação de tais empresas unipessoais tende a ocorrer, de forma extraordinariamente favorecida, no âmbito do Simples Nacional, ao mesmo tempo em que são isentos os dividendos e lucros distribuídos ao controlador – e desfalcaria o caixa da Previdência Social, afastando-se da incidência da contribuição social patronal”, afirma o documento.

De acordo com o órgão governamental, “desvincular-se a relação de emprego de seus elementos fáticos e materiais, permitindo-se que seja ocultada sob o manto fictício de um contrato meramente formal, permitiria que a parcela mais privilegiada da sociedade, empresas e profissionais altamente qualificados, fuja do dever de contribuir com o bem comum, mediante o pagamento de impostos e contribuições”.

“Caso admitida a pejotização para se criar uma empresa unipessoal com o objetivo exclusivo de afastar a incidência da legislação trabalhista e fiscal, ocultando-se relação de emprego real sob o manto fictício de um negócio entre empresas, produz-se simulação que resulta em situação iníqua”, declara.

“Para evitar tais consequências nefastas, entende a União que a livre iniciativa, no direito do trabalho, deve ser compatibilizada com o estrito respeito e cumprimento do disposto nos artigos 3º, 9º e 442º, todos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), preservando-se o princípio da verdade real na justiça do trabalho”, opinou a PGFN.

Por fim, a União solicita que seja admitida na ação – no caso, uma ação trabalhista que reconheceu a existência de relação de emprego entre um trabalhador e o aplicativo Rappi – como terceira interessada “a fim de que se estabeleça, especificamente sobre a hipótese de fraude e simulação envolvendo a relação de emprego, contornos claros para o poder de fiscalização das autoridades competentes sobre o tema, o conteúdo normativo do princípio da supremacia da realidade no direito do trabalho e a competência do Supremo Tribunal Federal para conhecer e analisar a matéria”.

1ª de Maio: redução dos juros, mais salário mínimo e reindustrialização



Claudio Fonseca, presidente do Sinpeem em ato na Câmara dos Vereadores

“Reajuste de 2,6% é uma indecência, a greve continua”, afirmam servidores de São Paulo

Sob protestos dos servidores, em greve desde 16 abril, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou, nesta terça-feira (29), o projeto de lei (PL) 416/2025, do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Com 34 votos favoráveis e 17 contrários, a proposta, que dispõe sobre reajustes salariais dos servidores municipais, prevê correção de 2,6% a ser aplicada a partir de maio deste ano e um segundo reajuste de 2,55% a partir de maio de 2026.

O índice está abaixo da inflação acumulada desde a última correção e por isso foi, mais uma vez, rejeitado pelos servidores que decidiram pela continuidade da greve. Um novo ato com assembleia foi marcado para o próximo dia 6, às 11h, em frente à Secretaria Municipal de Educação, na Rua Borges Lagoa, 1230, Vila Clementino.

A sessão de votação foi antecedida por uma audiência pública, acompanhada por milhares de servidores que se concentraram em frente à Câmara desde às 9h30. O ato, organizado por sindicatos que representam diversas categorias do funcionalismo público, ocupou todas as faixas do Viaduto Jacaré, no centro da capital paulista.

O Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo (Sindesp), com a Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal (Coeduc), formada pelo Sedin (Sindicato dos Educadores da Infância), Sinesp (Sindicato Especialistas Ensino Público São Paulo) e pelo Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo, levou uma contraproposta para a audiência de conciliação que foi rejeitada pela prefeitura, que manteve o projeto já apresentado.

Em termos econômicos, os servidores reivindicam reposição salarial de 44% para os profissionais de educação; incorporação dos abonos complementares de piso de 31,77%, 3% e 5,67%, concedidos entre 2021 e 2024; revogação do confisco previdenciário e redução da alíquota previdenciária de 14% para 11%.

Os profissionais da educação também reivindicam melhores condições de trabalho, o fim da política de terceiri-

zação/privatização do ensino, além do fim dos ataques pela Administração Nunes contra os servidores, como a redução salarial de readaptados ou em licença médica por mais de 30 dias.

“O prefeito reajustou seu salário em 37%, enquanto nós tivemos 2,6%. E, no mínimo, indecente! 2,6% não cobre nem o reajuste do pãozinho. Ainda há tempo de nós salvarmos o serviço público quando os servidores entenderem que nós temos que ter uma bancada que defenda os interesses dos trabalhadores”, defendeu Claudete Alves, presidente em exercício do Sedin.

Assustada, secretária Marcela (Arruda, de Gestão), por vocês virem aqui e não apresentarem nenhuma contraproposta pra gente”, completou Claudete, enquanto acompanhava a audiência de dentro da Câmara. Aliás, secretária, a senhora poderia pedir para retirar, dos anais taquigráficos dessa Casa, (as declarações ofensivas de vereadores contra os servidores) porque nós não somos vagabundos e nem vagabundas”, cobrou Claudete.

“Os vereadores agem corretamente ao aplicar o índice da inflação aos funcionários da Câmara Municipal. O que nós apelamos aqui é que se faça o mesmo com os funcionários da educação, da saúde, das diversas secretarias”, defendeu Cláudio Fonseca, presidente do Sinpeem. “Nós tivemos mudanças no nosso regime previdenciário, onde os aposentados passaram a contribuir com 14% sobre os valores que ultrapassam o salário-mínimo, o teto. Isso é um confisco previdenciário. Nós (ativos) também tivemos aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.”

“Eu sei que é matéria que tá em discussão no Supremo Tribunal Federal, mas a Prefeitura de SP também pode fazer um gesto no sentido de compensar esse confisco, bem como reduzir a alíquota de 14% para 11”, completou.

“É inadmissível que uma cidade, que teve um crescimento na sua Receita, de 2020, para 2024, de 59,5%, portanto, a Receita cresceu mais do que a inflação, deixar os profissionais da educação, os demais servidores, numa situação de humilhação, ofe-

recendo 2,60%.”

Norma Lúcia Andrade dos Santos, presidente do Sindicato Especialistas Ensino Público São Paulo (Sinesp) diz que os sindicatos irão definir os próximos passos após a aprovação do projeto de lei. Ela também denunciou a política privatista da Gestão Ricardo Nunes. “O prefeito precariza as escolas e fala que são os gestores que não dão conta. Retira verba e sucateia para afirmar que a solução é privatizar. Terceirizar e privatizar é tirar direitos dos trabalhadores e da população”.

RACISMO

A sessão de ontem, novamente, foi marcada por insultos e ofensas contra o funcionalismo. A sessão foi suspensa quando a vereadora da extrema direita Cris Monteiro (NOVO), se descompensou ao ouvir o pedido da colega Luana Alves (PSOL-SP) para falar “pela ordem”.

“(…) quando vem uma mulher branca aqui, falar a verdade pra vocês, vocês ficam todos nervosos. Porque uma mulher branca, bonita e rica, incomoda muito vocês. Mas eu tô aqui representando a parte importante da população”, disse a parlamentar.

Quando foi retomada a audiência, Luana afirmou que havia se tratado de um ato de racismo e que acionaria a Corregedoria da Câmara, o que deve acontecer ainda hoje.

Outra atitude extremista partiu do vereador Rubinho Nunes (União) – o mesmo que quer que professores usem câmeras corporais no trabalho e façam exames toxicológicos – contra o professor/vereador Toninho Vespoli (PSOL). Toninho discursava quando ergueu um cartaz com a mensagem “vagabundagem é vereador que só quer lacrar na internet”. A mensagem foi respondida aos parlamentares de extrema direita que ofenderam os servidores durante a primeira votação do projeto de reajuste na semana passada.

Após Vespoli erguer o cartaz, Rubinho partiu em sua direção de forma truculenta para agredi-lo.

JOSI SOUSA

Servidores rejeitam proposta do prefeito Ricardo Nunes que prevê 2,6% de reajuste

O presidente Lula foi eleito para promover as mudanças necessárias por um projeto nacional de desenvolvimento. Para isso, precisa da força dos trabalhadores. Começando por reduzir os juros, antes que a esperança se transforme em desilusão.

No que depender do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e seu fiel escudeiro, presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a derrama de recursos públicos para o rentismo, através do pagamento de juros, vai aumentar para 15,25%. Mais de R\$ 100 bilhões por mês. Isso é mais que o dobro do orçamento da Saúde, da Educação e do Bolsa Família somados.

Os juros da dívida pú-

blica são um dreno da força de trabalho dos brasileiros para o exterior, promovido pelo próprio Estado, que age a serviço da banca internacional, como o Estado Colonial que promoveu a derrama, contra a qual Tiradentes organizou a Inconfidência Mineira.

Aqui, faltam recursos para tudo. Os serviços públicos, a Segurança, a Educação e a Saúde estão na lona. Sem investimento público, a indústria vai definhando. Sem indústria, não tem emprego de qualidade. O salário mínimo é uma miséria, e a aposentadoria está pela hora da morte.

Quanto mais cedo Lula se livrar deles, melhor.

CARLOS PEREIRA

Por aumento salarial, professores estaduais de SP convocam ato dia 9

Em campanha salarial, os professores da rede estadual de São Paulo suspenderam a greve iniciada nesta sexta-feira (25) e definiram uma jornada de lutas, que inclui nova paralisação da categoria no dia 9 de maio. Os profissionais reivindicam reajuste salarial, melhores condições de trabalho, como climatização das salas, e mais contratações. A categoria também protesta contra a privatização de escolas e o fechamento de salas.

Em conversa com o HP na última quinta-feira (24), o segundo vice-presidente da Apeesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Fábio de Moraes, antecipou que o sindicato não iria aceitar os 5% de reajuste proposto pelo governo. “Nós vamos rejeitar essa proposta, porque eles podem melhorá-la – em muito”, defendeu. No dia de ontem, o sindicalista disse que a proposta sequer foi levada à assembleia.

Com piso salarial abaixo do nacional, a categoria pede reajuste de 6,27%. Na jornada de lutas aprovada durante a assembleia, que aconteceu na Av. Paulista, região central de SP foi aprovado um calendário de lutas em âmbito nacional e estadual. Na pauta: caravanas e manifestação a Brasília no dia 29 próximo pela redução do IR até R\$ 5 mil mensais, redução da jornada de trabalho, fim da escala 6X1 e a participação nos atos do 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Na esfera estadual, estão previstos atos e vigílias em

frente às Diretorias de Ensino no dia 5 de maio, data da audiência de conciliação em razão da judicialização da greve a pedido da Gestão Tarcísio de Freitas. No calendário também estão programados protestos contra a política de privatização de escolas e o fechamento de salas no período noturno e rechaço às plataformas digitais para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), pretendidas pelo governo do Estado.

“Infelizmente temos vivenciado uma conduta bastante autoritária por parte desta administração: não atende às nossas reivindicações básicas, produz mudanças que só prejudicam nossa categoria e o processo ensino-aprendizagem, sem considerar a premissa máxima de garantir qualidade para os usuários dos serviços públicos e direitos para todos os trabalhadores da Educação pública”, critica Fábio.

Um dia antes do início da greve, “inspirado” pelo também bolsonarista Ricardo Nunes (MDB), prefeito de SP, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), ingressou na Justiça contra o movimento, pedido acatado pelo Tribunal de Justiça (TJSP).

O ato/assembleia do dia 9 de maio vai acontecer na Praça da República, centro da capital paulista, às 16h. “(É) uma greve contra todos estes ataques que o governo Tarcísio/Feder vem impondo sobre nossa categoria e à população de São Paulo. Conclamamos todos a se juntar aos professores nesta luta”, ressalta Fábio de Moraes.

Servidores do judiciário de SP aprovam greve a partir de maio

Os servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiram paralisar as atividades, a partir de 14 de maio, por aumento na proposta de reajuste salarial de 5%, que foi anunciado no início de abril.

Os servidores afirmam que a defasagem acumulada nos salários da categoria desde 2002 já chega a 30%, enquanto os magistrados não sofreram nenhuma perda salarial, por isso reivindicam reajuste de 30%.

Em carta aberta, a Associação dos Servidores do TJSP (Assetj) afirma que o poder aquisitivo dos servidores “foi reduzido em um terço”. “Muitos de nós estamos endividados”, diz o texto.

A carta diz ainda que há falta de uma Mesa de Negociação efetiva entre o TJ e os representantes dos servidores. A categoria também reclama da falta de concursos públicos para suprir a demanda necessária no judiciário. “Com mais de 10 mil cargos vagos, prejudica o atendimento à população”, afirmou a associação.

De acordo com a entidade, a diferença de tratamento sobre a remuneração dos servidores e dos recursos do

orçamento do TJ destinados aos magistrados “é abissal”.

No início de abril, logo depois que foi anunciado que o reajuste seria de 5%, cerca de 600 servidores paralisaram as atividades e protestaram em uma assembleia geral na Praça João Mendes (SP), contra a política salarial do TJ. Nessa assembleia ficou acertada a greve a partir de 14 de maio, caso não haja uma contraproposta do Tribunal.

“Há anos que estamos com essa defasagem. Trabalhamos por 12 meses, mas ganhamos por nove”, afirmou José Gozze, presidente da Assetj. “Não pode ter esse desnível entre o salário e reposição deles e o nosso. Não ficamos desconfortáveis por causa dos altos salários, mas em razão da reposição que eles têm, e dos benefícios”, disse ele.

As “benesses” aos magistrados além dos altos salários também incomoda a categoria. Segundo uma reportagem da Folha de São Paulo, Somente de janeiro a março de 2025, os magistrados paulistas receberam mais de R\$ 689,4 milhões além dos salários regulares. “Não é ilegal, mas é antiético”, afirma Gozze.

INSS vai restituir aposentados que tiveram descontos indevidos

O Ministério da Previdência Social emitiu uma nota oficial anunciando que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que sofreram desconto de mensalidade associativa sem autorização em seus contracheques terão o dinheiro restituído.

Segundo a nota, todos os contratos de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados com entidades e associações foram suspensos. O comunicado esclarece que essa decisão é resultado de um trabalho conjunto envolvendo o Ministério da Previdência, o setor de inteligência previdenciária, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal. Além disso, foi informado que a devolução de descontos associativos anteriores a abril será analisada por um grupo técnico específico.

A nota destaca que, entre as 11 entidades investigadas pela CGU, apenas uma assinou acordo em 2023, enquanto as demais datam de 1994, 2014, 2017 (duas entidades), 2021 e 2022 (cinco entidades). O Ministério ressaltou que “esses descontos vinham ocorrendo em governos anteriores” e que, no atual governo, “ações imediatas foram tomadas”.

Entre as medidas mencionadas, o INSS divulgou, em janeiro de 2024, orientações em seu site e redes sociais para que aposentados e pensionistas bloqueassem descontos não reconhecidos. Em março de 2024, os novos Acordos de Cooperação Técnica foram suspensos e uma nova regulamentação foi implementada por meio da Instrução Normativa PRES/INSS nº 162. Essa norma exige, para novos contratos, assinatura eletrônica avançada, biometria, apresentação de documento oficial válido com foto e número do CPF, além de limitar o desconto a 1% do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ainda em março, foi criada a possibilidade de o

beneficiário bloquear ou excluir descontos associados pelo aplicativo ou site Meu INSS e também pela Central 135. Em abril de 2024, o INSS iniciou a implantação de biometria e fatores de segurança adicionais para validar descontos nos benefícios. Já em maio, começaram os testes com o sistema biométrico da Dataprev, que, conforme a empresa, está em pleno funcionamento desde fevereiro de 2025.

O Ministério informou também que, em junho de 2024, a Diretoria de Benefícios do INSS, responsável por acordos e relacionamento com os cidadãos, foi reformulada. Em setembro, foi disponibilizada no Meu INSS uma nova funcionalidade que permite ao beneficiário consultar o termo de adesão ao desconto associativo para adesões realizadas após essa data, além de permitir o bloqueio imediato.

De acordo com o levantamento apresentado, entre janeiro de 2023 e abril de 2025, foram cancelados 2.356.170 descontos associativos. Os números mostram um aumento expressivo em relação ao governo anterior: em 2022, foram excluídos 115.541 descontos; em 2023, esse número saltou para 465.061; em 2024, foram 1.516.500 cancelamentos; e, até 23 de abril de 2025, mais 374.609 mensalidades foram excluídas.

A nota ainda apresenta dados sobre cancelamentos de descontos indevidos. Em 2020, apenas 18.690 descontos foram cancelados; em 2021, apenas 16. Já em 2022, dos 115.541 descontos excluídos, 70.738 foram considerados indevidos. Em 2023, dos 465.061 cancelamentos, 420.837 foram por falta de reconhecimento do beneficiário. Em 2024, dos 1.516.500 descontos eliminados, 1.453.694 foram identificados como irregulares. Até abril de 2025, 355.424 débitos indevidos também foram cancelados.

HP CHARGE DO ÉTON

ÚLTIMA MENSAGEM DE FRANCISCO



PAREM DE JOGAR BOMBAS SOBRE A POPULAÇÃO DE GAZA!



ETON

Multidão lota funeral do Papa da “comunhão da humanidade”



Praça de São Pedro lotou na homenagem àquele que amplificou a voz dos oprimidos

Portugal festeja 51 anos da Revolução dos Cravos: “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”

Com cravos vermelhos, bandeiras de Portugal e cantando “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”, milhares de pessoas encheram a Avenida da Liberdade em Lisboa, em comemoração à Revolução de 1974, nesse dia de que se tornou símbolo. O levante dos capitães, engrassado pela adesão popular, há 51 anos demoliu o regime fascista de Salazar, restaurou a soberania popular, instaurou a democracia e deu fim à guerra colonial.

Neste 25 de abril, também se comemorou os 50 anos da eleição da Assembleia Constituinte e das conquistas que consagrou. As primeiras eleições em que as mulheres portuguesas puderam exercer o direito de voto. Na celebração, 60 ex-constituintes, inclusive o atual presidente do país, Marcelo Rebelo de Sousa.

Famílias e muitos jovens estavam presentes nas celebrações do 25 de Abril, com os manifestantes também bradando “Palestina vencerá” e, numa Europa sob intensa pressão para manter a guerra por procuração da Otan na Ucrânia, “paz sim, guerra não”. E “Procuo, procuro, Abril no meu futuro”.

“Hoje, ao comemorarmos os 51 anos, para além da alegria da festa, temos de aproveitar para reafirmar os valores fundamentais do 25 de Abril: Liberdade, Paz, Igualdade, Justiça Social e Democracia”, afirmou em manifesto a Associação 25 de Abril, que congrega lideranças históricas daquele momento maior da vida portuguesa.

“Sentindo-nos felizes e orgulhosos por estarmos a viver o maior período de liberdade e democracia que a nossa longa vida de país livre e independen-



Avenida da Liberdade tomada na festa do 25 de Abril

te já conheceu – é com orgulho que, como portugueses, estamos a caminhar para os nove séculos da nossa História – não podemos fechar os olhos e ignorar os perigos que voltam a assolar o mundo onde nos integramos, com novas guerras e com o regresso de forças detentoras de soluções que, a terem sucesso, nos lançarão de novo em situações de ditadura, opressoras e violadoras dos mais elementares direitos humanos”, advertiu a Associação.

Como lembrou a Associação, essas eleições marcaram a restauração da soberania popular em Portugal, com “o cumprimento do principal compromisso assumido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e a demonstração de que o povo português estava com o MFA e com o 25 de Abril”.

E concluiu convocando a “continuar a luta pela defesa e manutenção da Liberdade, alcançada na radiosa madrugada e da qual não abdicamos” e a reafirmar os “Valores de Abril”.

“GRÂNDOLA”

Como é tradição, uma multidão se reuniu no Largo do Carmo, muitos jovens, junto

ao Quartel do Carmo, o local onde a ditadura salazarista chegou ao fim, para abrir as comemorações da Revolução dos Cravos à meia-noite, cantando “Grândola, Vila Morena”.

Na descrição do Diário de Notícias, “Em cada rosto igualdade” e “quando tudo for privado, seremos privados de tudo”, frases escritas em dois dos milhares de cartazes que eram envergados por quem celebrou os 51 anos do 25 de Abril de 1974 ou os 50 anos das primeiras eleições livres, por sufrágio universal e em que as mulheres puderam votar, para a Assembleia Constituinte.

“Algumas pessoas gritavam mantras como ‘para continuar Abril, somos muitos, muitos mil’, com um ritmo marcado por dois chaimites [carro de transporte de tropas] originais que protagonizaram a Revolução dos Cravos”.

“O mar de gente tinha um denominador comum: cravos. Estavam nas lapelas, no cabelo, nos microfones dos jornalistas, em brincos”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Aposentados denunciam miséria com Milei Polícia de Milei espanca e prende aposentados em protesto contra assalto do FMI

Manifestantes conduziam faixas e cartazes pela aposentadoria digna e subsídio para os medicamentos de alto custo, quando a tropa repetiu a dose repressiva jogando spray de pimenta e espancando com cassetetes e prendendo participantes do ato

Aqueles que trabalharam a vida inteira e agora são jogados na pobreza pelo presidente Javier Milei saíram às ruas novamente nesta quarta-feira (23) para exigir aposentadoria digna e subsídios para os medicamentos de alto custo, cada vez mais proibitivos. Em vez de atender a reivindicação do movimento, a resposta do governo aos manifestantes que foram ao Congresso argentino e marcharam em direção à Praça de Maio foi “ampliar a repressão para cumprir com a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI)”, denunciaram.

Nos títulos de vários sites e jornais, a conduta da polícia de Milei vem sendo uma constante: “Para não perder o costume”, “Como se fosse uma tradição de quarta-feira” – dia em que o movimento da terceira idade protesta, alertando para a grave situação em que se encontra para sobreviver diante do brutal ajuste fiscal.

O economista Hernán Letcher, diretor do Centro de Economia Política Argentina, esclareceu: “Milei mudou a fórmula de cálculo das aposentadorias que, com a fórmula anterior, hoje seriam 27% superiores”.

“O presidente congelou há mais de um ano o bônus mensal de 70 mil pesos (R\$ 330) pago junto à aposentadoria mínima de 280 mil pesos (R\$ 1.330); foram suspensos medicamentos da cesta oferecida pelo Programa de Atenção Médica Integral (PAMI – o INSS local) e foi restringido o acesso a medicamentos gratuitos para aposentados. Desde que Milei assumiu a cesta de medicamentos do PAMI aumentou 373%”.

REPRESSÃO POLICIAL

“O policial me olhou diretamente nos olhos e lançou spray. Ele me deixou cego por 40 minutos e, como eu gritei, a coisa piorou: também me lançaram spray que atingiu a garganta. É uma dor insuportável, uma sensação de queimação terrível, que piora cada vez que você pisca ou tosse”, relatou Cristian, um dos aposentados atingidos, ao Página/12.

O ambulante Nicolás Caropresi, da União de Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular também ficou ferido. “No meio do tumulto, um aposentado ficou preso entre os escudos. Eu entrei para impedir que o levassem. Eles estavam agarrando qualquer um que encontrassem. Naquele momento, quando eu estava de frente para um policial, a menos de 50 centímetros de distância, ele esvaziou o cilindro de gás na minha cara”, informou.

O Corpo de Evacuação e Primeiros Socorros (Cepa Argentina), uma ONG que trabalha em conjunto com a Defensoria do Povo, atendeu nesta semana cinco pessoas feridas pelos gases. Segundo o presidente da Cepa, Esteban Chala, pelo menos 600 pessoas já foram atendidas com ferimentos no rosto e nos olhos causados por essa arma dissuasora. “De acordo até pelo protocolo policial, eles têm que ser jogados a, no mínimo, 50 metros de distância, mas o fazem a dois centímetros da multidão. Esta quarta-feira não foi exceção”, assinalou.

Apesar da brutalidade da repressão, os aposentados e pensionistas não recuam e continuam conquistando o apoio de setores cada vez mais amplos da população, como a União dos dos Trabalhadores da Terra (UTEPA) – que tem compartilhado verduras nas mobilizações -, entidades que reúnem prestadores de serviços de saúde, transporte e educação para pessoas com deficiência, e até mesmo torcidas de futebol, que marcharam a seu lado.

A mobilização coincidiu com a greve nacional convocada pela Federação Nacional de Docentes Universitários (Conadu), que também se uniu ao movimento, juntamente com outras organizações políticas, sociais e sindicais.

Burkina Faso determina educação gratuita desde o básico até o universitário

O presidente de Burkina Faso, Ibrahim Traoré, declarou gratuidade da educação a todos os estudantes, cobrindo os níveis de educação da escola primária à universidade.

Instituições de ensino públicas de Burkina Faso daqui para frente não terão mensalidades e taxas de matrícula. Anunciou a medida em um discurso à nação, cujo governo revolucionário colocou como eixo central a libertação do país dos resquícios da dominação colonial.

Com isso, milhões de estudantes em situação de pobreza e de áreas rurais carentes serão beneficiados com acesso igualitário à educação. Isso ajudará no combate ao analfabetismo e a criar uma força de trabalho qualificada, mantendo as crianças nas escolas dentro de um plano de redução da desigualdade, esclareceu.

O governo de Burkina Faso também está criando iniciativas para combater o problema de falta de moradias. Especialmente para pessoas que perderam suas casas, deslocadas internamente no país, devido a problemas de segurança internos. As medidas têm início com

a construção imediata de 1.000 moradias. O plano prevê a superação da falta de moradia até 2030.

Outro foco de Traoré é no investimento na infraestrutura pública, com a intenção de criar sustentabilidade de longo prazo para o desenvolvimento nacional. O governo de Burkina Faso está implementando reformas para tornar mais eficiente a entrega de projetos de construção pública e a criação de normas técnicas estritas que preservem a segurança e o meio ambiente.

O governo está planejando financiar a educação gratuita através de uma série de medidas orçamentárias, como o rendimento da indústria de mineração nacionalizada, agricultura e investimento em parceria, especialmente, com a Rússia.

Anuncia a construção de uma unidade de beneficiamento do ouro para que o país pare de exportar apenas a pepita. Também definiu a industrialização através de indústria têxtil, que tire proveito da produção local de algodão.

Também deixou claro que o país não se valerá de empréstimos do FMI que geram dependência.

Com campanha por “Nunca” à ocupação pretendida por Trump, Carney se elege premiê do Canadá

O Partido Liberal venceu as eleições legislativas no Canadá, realizadas na segunda-feira (28), com um resultado que mantém o atual primeiro-ministro, Mark Carney, no poder. Líder da sigla que cresceu em popularidade em meio ao embate com as barbaridades expressadas por Trump, Carney pediu nesta terça-feira que a população não esqueça a “traição” do país vizinho.

Mais cedo, Trump havia reafirmado sua intenção de tornar o Canadá o 51º Estado dos Estados Unidos e pediu aos canadenses que votassem em um líder que ajudasse a atingir esse objetivo, referindo-se a Pierre Poilievre candidato de Partido Conservador de Canadá, enfatizando que com ele Washington não colocaria mais tarifas sobre o país vizinho.

Em 6 de janeiro, quando Justin Trudeau – aquele que Trump rotineiramente tratava como “governador” – renunciou como primeiro-ministro do país, os liberais estavam mais de 20 pontos atrás dos conservadores na maioria das pesquisas, e Poilievre parecia o provável futuro premier. Tudo mudou quando Trump iniciou sua guerra comercial.

“NÓS DECIDIMOS”

“Este é o Canadá e nós decidimos o que acontece aqui”, disse em uma publicação no X, em resposta a Trump, no dia da eleição.



Carney celebra a vitória com seus apoiadores

Após saber de sua vitória, Carney prometeu que governaria “com todos os partidos, todos os territórios e a sociedade civil”, em uma mensagem destinada a fortalecer a unidade nacional.

“Venceremos esta guerra comercial”, afirmou Carney a uma multidão animada em Ottawa, onde alertou sobre os dias “desafiadores” que virão devido às tarifas e às ameaças de anexação de Trump.

“Como venho alertando há meses, os EUA querem nossa terra, nossos recursos, nossa água. O presidente Trump está tentando nos destruir para nos possuir. Isso nunca vai acontecer” – assinalou Carney nesta terça, frisando ainda: “Já superamos o choque da traição americana, mas nunca devemos esquecer as lições.”

Seu primeiro desafio agora é sentar-se com Trump e negociar

“entre duas nações soberanas” o novo relacionamento econômico e de segurança que os dois países terão no futuro.

Canadá, México e China são os três maiores parceiros comerciais dos EUA, e correspondem a 42% do déficit comercial norte-americano.

OUTROS DESAFIOS

Trump é o desafio mais importante do novo governo canadense, mas não o único. Carney também precisa dar resposta ao profundo descontentamento da população canadense com muitas das políticas de seu antecessor, que levaram a um aumento acentuado do custo de vida, à perda de empregos, moradia inacessível para milhões e imigração altíssima.

400 mil pessoas acompanharam o funeral de Francisco, incluindo delegações de 180 países na despedida daquele que fez do papado um símbolo de dedicação e devoção aos mais necessitados

A praça de São Pedro foi completamente tomada a partir das 8h30 (horário local) para acolher o simples ataúde de madeira com o corpo de Francisco, o argentino que durante 12 anos fez do papado um símbolo de dedicação e devoção aos mais humildes. Defendeu a dignidade e os direitos dos imigrantes com voz firme contras as injustiças e, destacadamente, contra o morticínio que atinge os palestinos.

A transferência do féretro da Basílica de São Pedro para a singela tumba da Basílica Santa Maria la Mayor começou às 12h08, logo após a missa de corpo presente, presidida pelo Cardeal Giovanni Battista Re. De acordo com o ministro do Interior italiano, Matteo Piantedosi, a homenagem contou com delegações de 180 países do mundo inteiro e teve a participação de mais de 400 mil pessoas (250 mil na Basílica de São Pedro e proximidades, e 150 mil no caminho à pousada final).

Enquanto o ataúde circulava pelas ruas de Roma entre aplausos e lágrimas, presidentes, príncipes e representações diplomáticas expressavam suas condolências e respeito pelo homem que amplificou a voz dos que mais necessitam, fortalecendo a luta pela paz mundial e condenando a agressão aos palestinos. Uma mensagem que deixou ressoando como reflexão contra a ganância, a exploração e a prepotência dos opressores.

“UM PAPA DO POVO”

O cardeal Giovanni Battista Re, de 91 anos, fez uma homilia em que descreveu o jesuíta argentino como “um papa do povo, com um coração aberto a todos”, um pastor que sabia se comunicar com “os pequenos” de forma informal e espontânea.

Giovanni foi bastante aplaudido pela multidão ao recordar a preocupação constante do pontífice com os migrantes, incluindo a missa celebrada na fronteira entre os EUA e o México e sua viagem a um campo de refugiados em Lesbos, na Grécia, de onde retirou 12 migrantes e trouxe com ele. “O fio condutor da sua missão foi também a convicção de que a Igreja é uma casa para todos, uma casa com as portas sempre abertas”, acrescentou.

Na avaliação do Cardeal, este foi um reflexo da coerência de seu projeto para reformar profundamente as estruturas do papado, colocando os sacerdotes como servidores e construtores de uma Igreja dedicada aos mais necessitados.

O jornal Notícias do Vaticano apontou que “todos realmente estavam lá hoje, da mesma forma como quando a própria Praça São Pedro se encheu apenas com a presença do Papa Francisco, durante a Covid, havia realmente todos, o mundo todo conectado por meios de comunicação”. “E sob um céu sem nuvens, o segredo simples da comunhão que une toda a raça humana, o povo de Deus, reunido num único abraço, foi revelado de forma misteriosa. Possível. De fato, verdade. Diante dos olhos de todos. Como uma trégua para um dia especial”, frisou.

Para Marco Politi, autor de quatro livros sobre Francisco, ficou evidenciado que “seu período foi de grande inovação”, onde se percebeu “a coragem que o Papa teve diante das tradições imóveis da Igreja”.

Em seu testamento, datado de 29 de junho de 2022, o Sumo Pontífice solicitou

que seus restos mortais fossem sepultados na Basílica de Santa Maria la Mayor, a maior entre as dedicadas à Virgem Maria em Roma, porque “sempre confiei minha vida e meu ministério sacerdotal e episcopal à Mãe de Nosso Senhor”.

“Espero que minha última viagem terrena se conclua justamente neste antigo santuário mariano, onde ia rezar no início e no fim de cada Viagem Apostólica, confiando minhas intenções à Mãe Imaculada e agradecendo-lhe por seu cuidado dócil e maternal”, disse ele.

“Sentindo que se aproxima o fim da minha vida terrena e com viva esperança na vida eterna”, o papa pediu que o seu túmulo “fosse na terra; simples, sem decoração particular e com a única inscrição: Franciscus”.

DEFESA DOS SINDICATOS

“Os sindicatos são chamados a serem a voz de quem não tem voz”, proclamou o Papa Francisco durante encontro com 6 mil lideranças sindicais, no Vaticano, no ano de 2022, quando convidou a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) a enviar trabalhadores ao um encontro que lotou o auditório.

Em 2017, foi outro momento em que o Papa se posicionou a favor da organização dos trabalhadores, quando enfatizou que “não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato – e não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias”.

“Não há sindicato sem trabalhadores e não há trabalhadores livres sem sindicatos”, enfatizou.

“Os sindicatos nascem e renascem todas as vezes que, como os profetas bíblicos, dão voz a quem não a tem, denunciam os poderosos que pisam nos direitos dos trabalhadores mais frágeis e defendem a causa dos estrangeiros, dos últimos e dos rejeitados”.

Em diversas ocasiões, o Papa chamou os sindicalistas a serem “sentinelas do mundo do trabalho”.

Em seu pronunciamento no encontro com sindicalistas da CGIL defendeu em especial os trabalhadores mais pobres, se insurgiu contra a diferença salarial entre homens e mulheres e no menosprezo aos jovens que entram no mercado para trabalhar:

“Vemos isso, por exemplo, onde a dignidade humana é espezinhada pela discriminação de gênero – por que uma mulher deveria ganhar menos do que um homem? –; é visto na precariedade da juventude – por que as pessoas têm que adiar suas escolhas de vida por causa da precariedade crônica? –; ou na cultura da demissão; e por que os empregos mais exigentes ainda são tão mal protegidos? Muitas pessoas sofrem com a falta de trabalho ou por causa de um trabalho indigno: seus rostos merecem escuta e o compromisso sindical”.

Também alertou para as mortes em acidentes de trabalho fruto da busca desmesurada por lucro: “Primeiro vem, a segurança dos trabalhadores. Ainda há muitos mortos, mutilados e feridos no local de trabalho! Cada morte no trabalho é uma derrota para toda a sociedade. Mais do que contá-los no final de cada ano, devemos lembrar de seus nomes, pois são pessoas e não números. Não permitamos que o lucro e a pessoa sejam equiparados! A idolatria do dinheiro tende a pisar em tudo e em todos e não valoriza as diferenças”.

Israel vende pacote ‘turístico’ que treina para matar palestinos



Campo de treinamento da Caliber 3 está localizado em território palestino, na Cisjordânia

África do Sul denuncia à Corte de Haia cerco de Israel a Gaza para matar palestinos de fome

A África do Sul denunciou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) na terça-feira (29) que o direito internacional “proíbe Israel de usar a fome como método de guerra, inclusive sob cerco ou bloqueio”.

“Israel não pode punir coletivamente a população palestina protegida, que mantém sob ocupação ilegal”, disse o representante sul-africano, Jaymion Hendricks.

Citando o Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, ele denunciou que Israel “implantou toda a gama de técnicas de fome e inanição, aperfeiçoando o grau de controle, sofrimento e morte que pode causar por meio de sistemas alimentares, levando a este momento de genocídio”.

Heindricks enfatizou que “apesar das terríveis tentativas das autoridades israelenses de caracterizá-los de outra forma, os palestinos são seres humanos, são de carne e osso”.

Ele enfatizou que Israel “deve cumprir suas obrigações como potência ocupante para garantir fornecedores de alimentos e medicamentos e facilitar o fornecimento desimpedido de bens humanitários, serviços essenciais e assistência ao desenvolvimento pela ONU, terceiros Estados e outras organizações internacionais”.

Hendricks também enfatizou que Israel deve “reverter imediatamente sua decisão de expulsar a UNRWA e outros órgãos da ONU de realizar suas atividades mandatadas”.

Anteriormente, Zane Dargor, chefe do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, disse ao tribunal: “O sistema de ajuda humanitária está en-



Crianças na fila por alimento em Deir Balah, Gaza

frentando um colapso total. Este colapso é intencional.”

Também se pronunciaram a Argélia, Egito, Arábia Saudita, Malásia, Colômbia e Bélgica. O embaixador saudita Mohammed Saud Almasser acusou Israel de exacerbar a crise humanitária e transformar a Faixa de Gaza “em uma pilha inabitável de escombros, enquanto matava milhares de pessoas inocentes e vulneráveis”.

Ele reiterou o compromisso incondicional e negociável da Arábia Saudita “com o estabelecimento de um Estado palestino independente e soberano com as fronteiras de 1967 com Jerusalém Oriental como sua capital”.

O vice-ministro das Relações Exteriores do Egito, Hatem Kameleldin Abdelkader, acusou Israel de impor um “cerco brutal” aos civis, o que considerou parte de uma “política estatal generalizada, sistemática e abrangente para despovoar os territórios palestinos ocupados e efetuar sua anexação de fato”.

A Malásia disse à CIJ que o objetivo de Israel é o

“deslocamento e eliminação” final dos palestinos. “Quais são as obrigações de uma potência ocupante e de um membro das Nações Unidas que continua, sem levar em conta o direito internacional ou a decência humana, a obstruir, minar e desmantelar os próprios sistemas construídos para preservar a vida e a dignidade humanas no território palestino ocupado?”, questionou a enviada da Malásia, Azalina Othman Said.

Em nome da Bélgica, o professor Vaios Koutroulis, disse que as obrigações humanitárias de Israel “devem ser interpretadas e aplicadas de boa fé” e que “é proibido atacar paramédicos e trabalhadores humanitários”.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), a mais alta instância de justiça no mundo, iniciou nesta terça-feira (29) seu segundo dia de audiências sobre as obrigações de Israel em Gaza, atendendo resolução da Assembleia Geral da ONU de dezembro passado, encabeçada pela Noruega.

Leia mais no site do HP

Desde a ruptura do cessar-fogo, os bombardeios de Netanyahu assassinaram dois mil palestinos

39 dos mortos de quinta-feira foram atingidos por bombas lançadas contra a cidade de Gaza, segundo a Al Jazeera, que registrou também ataques contra Jabalia, Deir al Balah e Khan Yunis.

Segundo as autoridades de Saúde palestinas na Faixa de Gaza, desde a ruptura do cessar-fogo pelo exército de ocupação israelense em um bombardeio incessante em 18 de março, quase 2 mil pessoas foram chacinadas e mais de 5 mil ficaram feridas.

O governo genocida de Netanyahu também cortou o fornecimento de energia elétrica para uma usina de dessalinização na Faixa de Gaza e bloqueou a entrada de caminhões que transportavam socorro humanitário, privando milhões de alimento.

Equipes de resgate e médicos disseram que pelo menos 12 pessoas pertencentes à mesma família estavam entre os mortos na quinta-feira quando sua casa em Jabalia, norte de Gaza, foi atacada.

Seis membros de outra família — um casal e seus quatro filhos — foram mortos quando um ataque aéreo arrasou sua casa na Cidade de Gaza, informou a defesa civil em um comunicado.

Ahmed Arar, um socorrista, disse que havia “grandes quantidades de partes de corpos e restos mortais”, incluindo de muitas crianças, após o ataque em Gaza.

“Só há mãos, pernas e cabeças. Estão todos decepados e dilacerados”, disse Arar à Al Jazeera.

Outras 10 pessoas foram mortas e várias outras ficaram feridas em um ataque a uma antiga delegacia de polícia em Jabalia, de acordo com um comunicado do Hospital Indonésio, para onde as vítimas foram levadas.

“Todos começaram a correr e gritar, sem saber o que fazer diante do horror e da gravidade do bombardeio”, disse Abdel Qader Sabah, de 23 anos, de Jabalia, sobre o ataque que atingiu a estação localizada perto de um mercado.

O exército israelense repetiu a esfarrapada e surrada justificativa de que atacou o que descreveu como um “centro de comando e controle” do Hamas na área de Jabalia, sem esclarecer se o alvo era a delegacia de polícia. O exército usa repetidamente justificativas

semelhantes em ataques que atingem hospitais e escolas e diversos outros que neste morticínio servem também de abrigo a famílias palestinas deslocadas.

Os militares de Tel Aviv continuam fechando importantes travessias de fronteira pela oitava semana consecutiva, impedindo a entrada de ajuda humanitária muito necessária, incluindo suprimentos médicos e combustível, piorando uma crise humanitária já profunda em meio a bombardeios implacáveis.

As Nações Unidas alertaram que as crescentes ordens de evacuação de Israel em Gaza estão resultando na “transferência forçada” de pessoas para áreas cada vez menores e mais densamente populadas.

Agências humanitárias estimam que a grande maioria dos 2,4 milhões de moradores de Gaza foram deslocados pelo menos uma vez desde o início da guerra.

Também na quinta-feira, o Hospital Infantil Mártir Al Durra, na Cidade de Gaza, um dos poucos em operação [...]

Leia mais no site

“Falha generalizada” causa apagão em 15 países europeus

Uma “falha generalizada” no sistema elétrico — conforme as emissoras de televisão — causou um “enorme apagão” em 15 países europeus nesta segunda-feira (28), incluindo Alemanha, Andorra, Espanha, França, Finlândia, Itália, Portugal e Polônia. A queda repentina de energia paralisou os edifícios e as empresas e trouxe o caos para as ruas e os transportes, sem semáforos, metrô, trens e aeroportos e fazendo a internet oscilar abruptamente, comprometendo as comunicações.

O blecaute começou por volta das 12h30 na Espanha (hora local), quando o consumo era de cerca de 25.184 megawatts. De repente, caiu para 12.425 megawatts, segundo dados de demanda da operadora do sistema Rede Elétrica (REE), empresa responsável pelo serviço.

Os relatos da dimensão da gravidade da situação se espalharam rapidamente pela Espanha, enquanto nas redes sociais, iniciaram a pipocar informações sobre situações semelhantes por toda a Europa. Conforme o relatório preliminar da REE, este é um “incidente zero no sistema peninsular”.

O diretor de serviços da operação da Rede Elétrica afirmou que o restabelecimento total do serviço no conjunto dos países pode levar entre seis e dez horas, embora a situação permaneça indefinida. A empresa disse que começou a recuperar o fornecimento de energia no norte e no sul da península, mas que o processo envolve a energização gradual da rede de transmissão à medida que as unidades geradoras são colocadas em operação.

O Instituto Nacional de Cibersegurança e o Ministério do Interior da Espanha estão investigando as causas do apagão repentino, mas indicaram como principal hipótese um ataque cibernético.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, destacou a necessidade de uma resposta unificada e resiliente países que se encontram fragilizados — os mesmos que estão respaldando os bombardeios de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza — e que o ocorrido é um “ataque direto” à sua soberania.

O ministro Adjunto e da Coesão Territorial de Portugal, Manuel Castro Almeida, afirmou que há possibilidade do evento ter sido causado por um ciberataque, embora ainda não haja confirmação oficial.

A Comissão Europeia disse que está “em contato com as autoridades nacionais da Espanha e de Portugal e com a ENTSO-E (Rede Europeia de Operadores de Sistemas de Transmissão de Eletricidade) para entender a causa subjacente e o impacto da situação”.



Empresas projetam volta total do serviço no conjunto dos países em seis a dez horas

Rússia anuncia expulsão das tropas ucranianas em Kursk

“Parabenizo todo o pessoal, todos os combatentes e comandantes por este sucesso, pela vitória. Agradeço a coragem, o heroísmo e o serviço prestado à nossa Pátria e ao povo da Rússia”, afirmou o presidente Vladimir Putin, ao ser informado, pelo chefe do Estado Maior, general Valery Gerasimov, de que a província russa de Kursk estava totalmente libertada da incursão ucraniana, com a retomada da vila de Gornal, a 1 km da fronteira.

“A aventura do regime de Kiev falhou completamente”, sublinhou Putin, acrescentando que “a libertação aproxima o fim do regime neonazi”.

Gerasimov fez o comunicado a Putin no sábado (26), por link de vídeo. “A derrota das formações ucranianas está completa”, ele disse ao presidente.

“Os planos do regime de Kiev de criar uma chamada cabeça de ponte estratégica e interromper nossa ofensiva em Donbass falharam”, enfatizou Gerasimov.

A incursão contra Kursk havia sido desencadeada em agosto passado pelos neonazistas ucranianos, sob respaldo de Washington e da Otan,

mais Berlim, Paris e Bruxelas. “Como resultado das ações do exército russo, a defesa das Forças Armadas Ucranianas entrou em colapso”, registrou o general, após os grupos ucranianos serem “divididos e destruídos” aos poucos.

Nos últimos dias, o avanço das forças russas fez com que as tropas inimigas fugissem em massa de suas posições, deixando para trás armas e equipamentos militares, inclusive os de fabricação ocidental, enquanto drones russos abatiam veículos blindados que tentavam escapar pela “estrada da morte”. Haviām sido cercadas por três lados.

No auge da invasão, as tropas do regime de Kiev chegaram a ocupar 1268 km² na região fronteiriça, aventura que, supostamente, segundo vários analistas, visaria forçar os russos a deslocar tropas do Donbass aliviando a pressão sobre os neonazis, ou, de acordo com outra tese, para criar uma “moeda de troca” nas negociações com a Rússia, o que possivelmente incluiria tomar a usina nuclear de Kursk.

“É um projeto sionista, positivo e importante, que proporciona muito emoção para muita gente”, comemorou o coronel do Exército israelense Sharon Gat, que há vários anos treina homens e mulheres. Crianças, só entram a partir dos cinco anos de idade

Fundada em 2007 pelo coronel da reserva Sharon Gat, das Forças de ‘Defesa’ de Israel (IDF) — a Caliber 3 (<https://www.caliber3range.com/>) se orgulha de ter entre suas predileções a oferta de pacotes “turísticos radicais” para “matar terroristas” palestinos. Algo pioneiro e bastante instrutivo nestes tempos de Trump e Netanyahu, reforçando “experiências emocionantes que não poderão ter em lugar algum, exceto no campo de batalha”.

“É um projeto sionista, positivo e importante, que proporciona muito emoção para muita gente”, comemorou o facinora Sharon Gat, perfilado com a política de terrorismo de Estado que despeja bombas sobre edifícios, escolas e hospitais da Faixa de Gaza. No treinamento, fanáticos exibindo ridículas e espalhafatosas indumentárias de Rambo com óculos escuros, rifle pendurado no ombro, pistola no cinto e histéricas gritarias de “fogo”.

“Queremos que os judeus do mundo inteiro possam ver com seus próprios olhos que no Estado de Israel há organizações e pessoas que sabem ensinar ‘autodefesa’ no mais alto nível”, declarou o militar da reserva, perfilando um suposto sentido nobre e empreendedor da sua missão.

No site da empresa, uma sequência de fotografias de bombas explodindo, veículos em chamas, combates corpo a corpo e cachorros atacando sem dó nem piedade o “agressor”, que necessita em nome dos “valores morais” ser aniquilado para que Israel sobreviva.

As imagens de homens com turbantes árabes aumentam a adrenalina e a necessidade da “identificação do inimigo” — que porta um lenço na cabeça estilo palestino — contraposto à bandeira de fundo branco com duas faixas azuis horizontais e uma estrela de Davi azul no centro, ostentando de forma heroica ao fundo no estande de tiro.

“Também queremos que os judeus do mundo vejam que aqui existe orgulho judaico, que temos hoje um Estado, um Exército e as melhores instalações de treinamento”, acrescentou o coronel-empresário, como se o mundo desconhecesse as barbáries praticadas diariamente pelas bombas nazisraelenses na Faixa de Gaza e, agora, também na Cisjordânia.

Como se os conglomerados de mídia e suas fake news pudessem transformar as vítimas em agressoras num passe de mágica e o

genocídio de mais de 50 mil palestinos, 70% deles mulheres e crianças, fosse uma invenção das Nações Unidas, das organizações de direitos humanos ou do Vaticano.

COM MILITARES DA ATIVA

Para impulsionar a parceria com o Estado judaico, “a principal academia para treinamento de contra-terrorismo, segurança e defesa” (sic!) se encontra atualmente sob a supervisão de militares da ativa, atendendo além das IDF, estruturas governamentais como os gabinetes do Primeiro-Ministro e de Segurança, a Polícia, o Ministério das Relações Exteriores, a cidade de Jerusalém e clientes comerciais como o Banco de Israel.

Já em 2012 uma matéria da BBC News alertava para a provocação que representava a presença de um campo da Caliber 3 com 10 mil metros quadrados em pleno território palestino da Cisjordânia, onde os turistas israelenses faziam mira em figuras com tamanho real portando turbantes árabes.

Os sionistas adultos disparavam com armas e munição de verdade nos alvos de papelão, descrevia o artigo, reforçando o estereótipo do árabe como “terrorista”. Já naquela oportunidade haviam passado pelo curso mais de cinco mil turistas, centenas deles crianças que, evidentemente, pagavam meia.

O prefeito do assentamento de Gush Etzion — que fica ao sul de Jerusalém —, disse que o atrativo representava “um incentivo a mais” para o turismo na região, que explora um museu e ruínas antigas. O assentamento foi construído em terras do distrito palestino de Belém e recebia então cerca de 400 mil turistas por ano.

“Adorei! Uma experiência realmente incrível e única. Também nos ajudou a entender melhor o que Israel enfrenta todos os dias para se proteger”, escreveu um senhor identificado como NicoB411, visitante dos Estados Unidos, que deixou estampada sua ignorância na abertura do site da Caliber 3.

Hoje por duas horas de “treinamento” são cobrados US\$ 176 por adulto, mas as informações apontam que, diante do banho de sangue promovido por Netanyahu em Gaza, a maioria das operadoras de turismo precisou cancelar suas viagens para Israel.

LEONARDO W. SEVERO



Bombas israelenses sobre civis em Gaza (Saber/EPA)

A falta de caráter da política de Trump

Pareceria que, com a sua política de tarifas, dirigida principalmente contra a China, ele teria como objetivo proteger a indústria americana, tal como na época do crescimento acelerado da economia dos EUA, desde Alexander Hamilton – e, igualmente, de outros países que usaram o protecionismo como arma para o seu desenvolvimento (inclusive o Brasil). Mas isso significaria que ele estaria saindo dos marcos do neoliberalismo. Obviamente, como veremos, não é nada disso

CARLOS LOPES

A decadência da economia dos EUA – cujo contraponto é a ascensão da China e de outras economias – não chega a ser nem mesmo um segredo de polichinelo. O rentismo, interno e externo, afundou a indústria norte-americana, impondo um processo de desindustrialização, tanto através da *offshoring*, quanto através da marcha fúnebre das falências e outros fechamentos de empresas produtivas, provocando a desaceleração do crescimento, isto é, a estagnação.

Não é uma novidade. Referindo-se a um país muito mais atrasado – a Rússia czarista – alguém escreveu no princípio do século XX:

“A possibilidade de oprimir e de roubar outros povos reforça a estagnação econômica, pois em vez do desenvolvimento das forças produtivas, a fonte de rendimentos é frequentemente constituída pela exploração semifeudal dos ‘alógenos’” (VI. Lenin, **O socialismo e a guerra**, julho-agosto de 1915, O.E., t. 2/6, Edições Progresso, Moscou, 1984, p. 236).

O mesmo é verdade, em termos gerais, para os Estados Unidos.

Entretanto, Trump, que publicamente se propõe a reverter a decadência dos EUA, afirma que são os outros países que roubam o seu, contrariando a realidade dos últimos 100 anos.

Pareceria que, com a sua política de tarifas, dirigida principalmente contra a China, ele teria como objetivo proteger a indústria americana, tal como na época do crescimento acelerado da economia dos EUA, desde Alexander Hamilton – e, igualmente, de outros países que usaram o protecionismo como arma para o seu desenvolvimento (inclusive o Brasil).

Mas isso significaria que ele estaria saindo dos marcos do neoliberalismo.

Obviamente, como veremos, não é nada disso. Num recente e elucidativo artigo, escreve o economista Michael Hudson, sobre esse barulhento programa de Donald Trump:

“Este é apenas o programa neoliberal sob outro disfarce. Trump falsifica-o como favorável à indústria, não como favorável à sua antítese. Entretanto, sua jogada não é um plano industrial, de forma alguma, mas um jogo de poder para extrair concessões econômicas de outros países, enquanto corta os impostos de renda sobre os ricos. O resultado imediato serão demissões generalizadas, fechamentos de negócios e inflação de preços ao consumidor” (v. Michael Hudson, *Trump’s Inverted View of America’s Tariff History*, 14/04/2025).



Com efeito, Trump tem recebido tantos ataques dos neoliberais, assustados com suas tarifas (v. a **The Economist**, o **Financial Times** e outros oráculos do neoliberalismo), que até parece que ele está fazendo algo diferente do neoliberalismo.

Portanto, cabe esclarecer, para começo de conversa, que, pelo contrário, Trump é tão neoliberal quanto Reagan, Thatcher e outros heróis da canalha – ou mesmo mais.

Se não fosse por outra razão, e razões não faltam, alguém já ouviu falar de que Trump fosse contra – ou tomasse alguma providência – a respeito da globalização financeira, que é o cerne do neoliberalismo?

Quanto a esta, como qualquer gangster de Wall Street, ele é a favor.

Porém, Hudson, além de apontar o caráter neoliberal da política de Trump, o demonstra, confrontando-a com a política econômica que proporcionou aos EUA um extraordinário impulso industrial, principalmente desde os fins da Guerra Civil (1865) até a I Guerra Mundial (1914-1918).

Nas palavras de Hudson: “A notável decolagem industrial dos Estados Unidos desde o final da Guerra Civil até a eclosão da Primeira Guerra Mundial sempre embarçou os economistas do livre mercado. O sucesso dos Estados Unidos seguiu precisamente políticas opostas àquelas que a ortodoxia econômica de hoje defende. O contraste não é apenas entre tarifas protecionistas e livre comércio. Os Estados Unidos criaram uma economia mista público/privada na qual o investimento em infraestrutura pública foi desenvolvido como um ‘quarto fator de produção’, não para ser administrado como um negócio lucrativo, mas para fornecer serviços básicos a preços mínimos, de modo a subsidiar o custo de vida e fazer negócios no setor privado. A lógica subjacente a essas políticas foi formulada já na década de 1820 no Sistema Americano de Henry Clay: tarifas protecionistas, melhorias internas (investimento público em transporte e outras infraestruturas básicas) e bancos nacionais voltados para o financiamento do desenvolvimento industrial. Uma Escola Americana de Economia Política surgiu para orientar a industrialização do



Trump tem recebido tantos ataques dos neoliberais, assustados com suas tarifas (v. a The Economist, o Financial Times e outros oráculos do neoliberalismo), que até parece que ele está fazendo algo diferente do neoliberalismo.

Portanto, cabe esclarecer, para começo de conversa, que, pelo contrário, Trump é tão neoliberal quanto Reagan, Thatcher e outros heróis da canalha – ou mesmo mais.

Se não fosse por outra razão, e razões não faltam, alguém já ouviu falar de que Trump fosse contra – ou tomasse alguma providência – a respeito da globalização financeira, que é o cerne do neoliberalismo?

Quanto a esta, como qualquer gangster de Wall Street, ele é a favor

país com base na doutrina da Economia de Altos Salários para promover a produtividade do trabalho, elevando os padrões de vida e os programas públicos de subsídio e apoio” (idem).

A política de Trump, portanto, nada tem a ver com a política desta grande época dos EUA. No máximo é uma caricatura. Mas nem isso, pois seu objetivo é beneficiar os inimigos da indústria, ao contrário da política econômica que presidiu o crescimento que vai do fim da Guerra Civil até a Primeira Guerra.

Aliás, sobre isso, a Guerra Civil foi um marco. Autores que registraram isso – inclusive um poeta como Walt Whitman – não faltam. Nos deteremos aqui apenas em um dos principais (em nossa opinião) historiadores norte-americanos da Guerra Civil, que registrou o fenômeno através de uma testemunha, ainda durante o conflito:

“Retornando ao seu regimento no outono de 1862, depois de uma licença em sua casa na cidade de Iorque, o capelão do 102º de Infantaria da Pennsylvania olhou para o campo devastado e anotou em seu diário que a guerra era muito misteriosa. Destruía e arrasava, e onde os exércitos tinham passado ‘a desolação tornara-se quase completa’, mas em casa não era assim. A Pennsylvania tinha colocado 150 mil homens dentro de um uniforme, e agora muitos deles haviam ido para baixo da

terra, com ou sem cerimônias fúnebres apropriadas. Mas o que realmente se via nesse Estado era o impulso e a excitação dos tempos de boom.

“Que maravilha está aqui!” escreveu o capelão. ‘Algo novo sob o sol! Uma nação, apenas com os seus recursos internos, ganhando por mais de dezoito meses a guerra mais gigantesca dos tempos modernos, sempre aumentando em sua magnitude, mas tudo isso enquanto se torna mais rica e mais próspera!’

“Como resumo dos efeitos da guerra sobre o bem estar nacional isto não era completo nem inteiramente acurado, e podia ter sido contestado amargamente por alguns dos seus próprios companheiros capelães da Pennsylvania. Na cidade de Berkeley, no condado de Luzerne, pouco mais que uma centena de milhas da florescente cidade de Iorque, cidadãos revoltados recentemente tinham se amotinado em protesto contra os planos militares e somente tinham se acalmado depois que a milícia fez fogo sobre eles, com quatro ou cinco revoltosos deixados mortos nas ruas. Nem era esse espírito de dissensão confinado inteiramente à Pennsylvania, onde foi notado que os campos de antracite estavam cheios de distúrbios. Motins similares tinham tomado lugar no Oeste, notavelmente na pintoresca cidade, à beira do lago, de Port Washington, Wisconsin, e se o país estava de fato se beneficiando da guerra, os benefícios pareciam ser altamente desiguais e a distribuição deles, na maior parte, injusta.

“Mas em um sentido o capelão estava muito correto. Ele tinha apontado seu dedo para algo que continha o germe de muita história. Se ele estava de fato comentando sobre um efeito da guerra ou para um estranho, elusivo sintoma de algo que tinha na verdade ajudado a causar a guerra, deve ser outro assunto. Pelo menos ele tinha identificado algo importante, e ele estava justificado em usar pontos de exclamação. Ele tinha visto um lado da guerra muito claramente” (cf. Bruce Catton, **Glory Road: route from Fredericksburg to Gettysburg**, tradução nossa, Pocket Cardinal/Doubleday, 1964, 1-2).

O que aconteceu naquela

época é **completamente oposto** ao que hoje está sendo tentado:

“Seu conto da carochinha [de Trump], e talvez até sua crença, é que as tarifas, por si próprias, podem reviver a indústria americana. Mas ele não tem planos para lidar com os problemas que causaram, em primeiro lugar, a desindustrialização da América. Não há reconhecimento do que fez um sucesso do programa industrial original dos EUA – e da maioria das outras nações, também bem sucedidas. Esse programa foi baseado na infraestrutura pública, no aumento do investimento industrial privado e nos salários protegidos pelas tarifas e forte regulamentação governamental. A política de terra arrasada de Trump é o inverso – reduzir o tamanho do governo, enfraquecer a regulamentação pública e vender a infraestrutura pública para ajudar a pagar por seus cortes no imposto de renda de sua classe de doadores” (idem).

Como nota Hudson, as tarifas protecionistas, naquela época, tinham o papel de garantir recursos para os investimentos públicos em infraestrutura. Com isso, o abaixamento do custo de vida, resultante da infraestrutura a preços mínimos ou nulos, tinha como consequência a elevação do padrão de vida da população, sem que fosse necessário um aumento de salários que redundasse em diminuição de lucros dos empresários.

Trump, naturalmente, tem uma inteligência asinina, se é que não estamos difamando os asininos. Portanto, não pode entender coisa tão simples. Tanto assim que quer privatizar a infraestrutura e empregar o dinheiro das tarifas para conceder isenções de impostos aos seus amigos bilionários. Mas, mesmo que pudesse entender, seria contra, pois ele é, por inteiro, um elemento financeirizado, desses que nada empreendeu na vida que não fosse no ignóbil círculo rentista.

O mais interessante é que o presidente americano que Trump mais diz admirar é McKinley, um reacionário, coiteiro *avant la lettre* do financismo e dos monopólios nos fins do século XIX e começo do século XX, que, no entanto, como se verificou depois que foi assassinado,

O presidente dos EUA, Donald J. Trump (foto: Daniel Torok/White House)

tinha um vice-presidente progressista no âmbito interno – Theodore Roosevelt, que, apesar de seu expansionismo, era um adversário de monopólios, cartéis e bancos dentro dos EUA.

As reformas dessa época – entre elas, a Lei Sherman Antitruste (1890), o Imposto de Renda progressivo (1913) e o desmembramento da Standard Oil (1911) – seguiram o movimento que impulsionara a economia norte-americana desde a Guerra Civil.

Trump, no entanto, propõe exatamente o contrário disso – e nenhuma medida para resolver a desindustrialização dos EUA.

Mas é claro o que acontecerá se os impostos são substituídos por tarifas – estas, ao contrário dos impostos, caem somente sobre os consumidores, isto é, sobre o povo. Da mesma forma, a privatização do que ainda resta privatizar (sobretudo os Correios e a infraestrutura do país): isto significa aumentar o custo de vida do povo, mas não dos magnatas.

No entanto, a indústria norte-americana continuará em maré minguante, cada vez mais insignificante:

“A privatização e a desregulamentação da economia dos EUA obrigou os empregadores e os trabalhadores a suportar custos usurários, incluindo preços mais altos da habitação e aumento da sobrecarga da dívida, que são parte integrante das políticas neoliberais atuais. A consequente perda da competitividade industrial é o principal obstáculo à reindustrialização. Afinal, foram esses encargos usurários que, em primeiro lugar, desindustrializaram a economia, tornando-a menos competitiva nos mercados mundiais e estimulando o *offshoring* da indústria, aumentando o custo das necessidades básicas e dos negócios. O pagamento de tais encargos também reduz o mercado doméstico, diminuindo a capacidade dos trabalhadores de comprar o que produzem. A política tarifária de Trump não faz nada para resolver esses problemas. Pelo contrário, os agravará, acelerando a inflação” (Hudson, *idem*).